RELATÓRIO DE EXECUÇÃO TRIMESTRAL DO OGE

II° TRIMESTRE

2026

GOVERNO DE ANGOLA

minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

FICHA TÉCNICA

Elaboração:
Ministério das Finanças
Direcção Nacional de Contabilidade Pública
Largo da Mutamba, Palácio das Finanças, Caixa Postal 1235
Luanda – Angola

Título:
Relatório de Execução Trimestral do Orçamento Geral do Estado: II Trimestre de 2026

Data de Finalização:
17 de Julho de 2026

Referências para Citação:
Ministério das Finanças de Angola, *Relatório de Execução Trimestral do Orçamento Geral do Estado: II Trimestre de 2026*, Julho, 2026.

Equipa Técnica:
Departamento de Contas do Estado
Direcção Nacional de Contabilidade Pública
Ministério das Finanças
República de Angola

© Ministério das Finanças.
Todos os direitos reservados. Este relatório poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citada a referência e exclusiva autoria do Ministério das Finanças de Angola. É proibida a comercialização e tradução sem autorização prévia por escrito do Ministério das Finanças de Angola.

REPÚBLICA DE ANGOLA

------.....------

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

II TRIMESTRE 2026

Julho de 2026

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

ÍNDICE

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO 8
CAPÍTULO II. SUMÁRIO EXECUTIVO 10
CAPÍTULO III. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 12
Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) 12
Produção e Preço do Petróleo 13
Produção de Diamante e Preços 15
Taxa de Inflação 15
Taxa de Câmbio 16
CAPÍTULO IV. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO NO TRIMESTRE 16
Receitas Arrecadadas 17
Receitas Correntes 18
Receitas de Capital 20
Receitas Arrecadadas ao Longo do I Semestre de 2026 21
Despesas Realizadas 22
Despesas Correntes 23
Despesas de Capital 24
Despesa Acumulada ao Longo do I Semestre de 2026 26
Despesas Por Função 27
Despesas Sociais no Trimestre 29
Despesas por Programa 31
Despesas por Órgão do Governo 33
Despesas do Programa de Investimento Público (PIP) 36
Execução dos Restos a Pagar 37
CAPÍTULO V. BALANÇO DA DÍVIDA PÚBLICA NO II TRIMESTRE DE 2026 38
Balanço da Dívida Interna 38
Emissão da Dívida Interna 38
Serviço da Dívida Interna 39
Stock da Dívida Interna 39
Balanço da Dívida Externa 40
Desembolsos 40
Serviço da Dívida Externa 40
Stock da Dívida Externa 41
Balanço da Dívida Pública 42
CAPÍTULO VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO 46
Balanço Orçamental 46
Balanço Financeiro 49
Balanço Patrimonial 51
GLOSSÁRIO 53

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – PETRÓLEO E GÁS NO II TRIMESTRE 2026 14
QUADRO 2 – INDÚSTRIA DIAMANTÍFERA NO II TRIMESTRE DE 2026 15
QUADRO 3 – RECEITA ARRECADADA NO II TRIMESTRE DE 2026 17
QUADRO 4 – RECEITA ACUMULADA ARRECADADA ATÉ AO I SEMESTRE DE 2026 21
QUADRO 5 – DESPESA POR NATUREZA NO II TRIMESTRE DE 2026 22
QUADRO 6 – DESPESA ACUMULADA REALIZADA ATÉ AO I SEMESTRE DE 2026 26
QUADRO 7 – DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO NO II TRIMESTRE DE 2026 27
QUADRO 8 – EXECUÇÃO DAS DESPESAS SOCIAIS NO II T 2026 29
QUADRO 9 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA POR PROGRAMA 32
QUADRO 10 – EXECUÇÃO FINANCEIRA POR ÓRGÃO DO GOVERNO 34
QUADRO 11 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA POR FUNÇÃO PIP 36
QUADRO 12 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR POR CATEGORIA DE DESPESA 37
QUADRO 13 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA POR CREDOR 43
QUADRO 14 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA POR CREDOR 45
QUADRO 15 – BALANÇO ORÇAMENTAL NO II TRIMESTRE DE 2026 47
QUADRO 16 – DETALHE DO RESULTADO ORÇAMENTAL DO PERÍODO 48
QUADRO 17 – BALANÇO FINANCEIRO ATÉ O II TRIMESTRE DE 2026 50
QUADRO 18 – BALANÇO PATRIMONIAL ATÉ O II TRIMESTRE DE 2026 51

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%) 13
GRÁFICO 2 – TAXA DE INFLAÇÃO NACIONAL (%) 16
GRÁFICO 3 – DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA NO II TRIMESTRE DE 2026 18
GRÁFICO 4 – DECOMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES 18
GRÁFICO 5 – DECOMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL 20
GRÁFICO 6 – DECOMPOSIÇÃO DAS DESPESAS EXECUTADAS 23
GRÁFICO 7 – DECOMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES 23
GRÁFICO 8 – DECOMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL 25
GRÁFICO 9 – DESPESA POR FUNÇÃO NO II TRIMESTRE DE 2026 28
GRÁFICO 10 – SERVIÇO DE DÍVIDA INTERNA POR INSTRUMENTOS 39
GRÁFICO 11 – STOCK DE DÍVIDA INTERNA POR INSTRUMENTOS 40
GRÁFICO 12 – EXECUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA TRIMESTRAL 41
GRÁFICO 13 – STOCK DA DÍVIDA EXTERNA POR PRAZOS 42
GRÁFICO 14 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA 43

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

ANEXOS

- ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTAL
- ANEXO 2 – BALANÇO FINANCEIRO
- ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL
- ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- ANEXO 5 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
- ANEXO 6 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA
- ANEXO 7 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO
- ANEXO 8 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA PIP
- ANEXO 9 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
- ANEXO 10 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROVÍNCIA
- ANEXO 11 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR PROVÍNCIA
- ANEXO 12 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR UO
- ANEXO 13 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROJECTO
- ANEXO 14 – MAPA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS
- ANEXO 15 – MAPA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS
- ANEXO 16 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OGE DAS UO A NÍVEL CENTRAL
- ANEXO 17 – BALANÇO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO PERÍODO
- ANEXO 18 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PIP E PIIM DO II TRIMESTRE
- ANEXO 19 – RELATÓRIO SOBRE O IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL DO OGE NO II TRIMESTRE

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

SIGLAS, ABREVIATURAS e SIMBOLOGIA

ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
Bbls	Barris de petróleo
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BNA	Banco Nacional de Angola
BPFT	Balanço da Programação Financeira
BT MN	Bilhetes do Tesouro em Moeda Nacional
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CPP	Contratos de Partilha de Produção
Cost Oil	Custo de Produção do Petróleo
DC	Documento de Cobrança
DMFAS	Sistema de Análise Financeira e Gestão da dívida
DLI	Documento de Liquidação de Imposto
Exec. %	Execução do Valor Orçamentado
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IRP	Imposto de Rendimento de Petróleo
Kz	Kwanzas
LR Finance	Linha de Crédito de Israel
Mbbl	Milhões de Barris
MINFIN	Ministério das Finanças
MPME	Micro Pequenas e Médias Empresas
ND	Não Disponível, até à data.
OGE	Orçamento Geral do Estado
OGER	Orçamento Geral do Estado Revisto
OT MN	Obrigação do Tesouro em Moeda Nacional
OT – TXC	Obrigações do Tesouro – Títulos Indexados
PAE	Plano Anual de Endividamento
Part.	Participação
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PC	Plano de Caixa
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
p.p.	Pontos Percentuais
REPIB	Reserva Estratégica para Infra-Estruturas de Base
SIGFE	Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado
USD	Dólares dos Estados Unidos da América
Vs	Versus
WEO	*World Economic Outlook*
WTI	*West Texas Intermediate*

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório responde à exigência legal estabelecida nas alíneas b) e c) do n.º 1 do Artigo 275.º da Lei n.º 13/17, de 6 de Julho, Lei Orgânica que Aprova o Regimento da Assembleia Nacional.

2. Nos termos desta disposição legal, "o Presidente da República remete à Assembleia Nacional o Relatório de Execução Trimestral, até 45 dias após o termo do Trimestre a que se refere, para apreciação. O prazo é de até 90 dias quando se tratar do relatório do quarto trimestre".

3. Deste modo, o documento apresenta a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), reflectida no balanço orçamental, financeiro, patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais.

4. A informação apresentada foi extraída do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), com referência até 14 de Julho de 2026.

5. O documento é elaborado com base nas normas contabilísticas em vigor, relativas aos registos, permitindo a utilização do método de regularização para o cumprimento de um dos princípios elementares de escrituração contabilística, designadamente a especialização do exercício.

6. Conforme estipula o n.º 4 do Artigo 13.º do Decreto n.º 36/09, de 12 de Agosto, "a escrituração deve observar, na sua execução, o princípio da especialização do exercício, no qual as receitas e as despesas são incluídas no apuramento do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento".

7. Assim, a informação apresentada, relativa à execução orçamental, financeira e patrimonial do II Trimestre de 2026, poderá sofrer actualizações decorrentes de regularizações cambiais e correcções de erros materiais ou de forma, de acordo com as normas contabilísticas relevantes para o efeito.

8. O Relatório de Execução Trimestral do OGE, referente ao II Trimestre de 2026, apresenta uma síntese sobre a execução orçamental, financeira e patrimonial – bem como os seus anexos, que permitem obter uma visão global das informações que são descritas – e estrutura-se nos seguintes capítulos:

   - Capítulo I – Introdução. Apresenta os aspectos introdutórios do documento;
   - Capítulo II – Sumário Executivo. Resume os detalhes mais relevantes discriminados no Relatório, no período em análise;

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

- Capítulo III – Enquadramento Macroeconómico. Resume a conjuntura macroeconómica nacional, durante o período em referência, com destaque para o Produto Interno Bruto, inflação, taxa de câmbio, a produção petrolífera e a evolução do preço do petróleo no mercado internacional;

- Capítulo IV – Execução do Orçamento Geral do Estado. Expõe a execução da receita e da despesa durante o período em análise;

- Capítulo V – Balanço da Dívida Pública. Evidencia as operações de emissão de dívida, interna e externa, bem como o serviço e stock da dívida pública no período.

- Capítulo VI – Demonstrações Financeiras do Estado. Apresenta a posição provisória orçamental, financeira e patrimonial do Estado, até ao período em análise.

- Glossário – Enuncia os conceitos respeitantes às Finanças Públicas e à Contabilidade Pública, que constam no documento, na visão da execução do Orçamento Geral do Estado.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

CAPÍTULO II. SUMÁRIO EXECUTIVO

9. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no relatório *World Economic Outlook (WEO*), publicado em Julho de 2026, prevê-se que o crescimento global seja de 3,0% em 2026 e 3,4% em 2027, uma redução em relação à média de 3,5% observada entre 2024 e 2025. Essa desaceleração moderada reflecte os efeitos da guerra no Oriente Médio, parcialmente compensados pelo impulso acelerado no ciclo tecnológico global, graças aos avanços da inteligência artificial (IA) e à sua crescente adopção. O impacto varia significativamente dependendo da exposição dos países ao conflito e da sua posição na cadeia de valor da tecnologia.

10. No que diz respeito à inflação global, prevê-se um crescimento de 4,1% em 2025 para 4,7% em 2026, antes de recuar para 3,9% em 2027. Estas projecções, ligeiramente revistas em alta em relação a Abril, sugerem que a tendência de desinflação observada desde o início de 2024 tenha estagnado.

11. O OGE 2026 foi elaborado e aprovado com base num preço médio de referência de 61 dólares norte-americanos por barril de petróleo. Todavia, ao longo do II Trimestre de 2026, a cotação média do Brent situou-se em 102 dólares norte-americanos por barril, ou seja, cerca de 67,21% acima do pressuposto orçamental, gerando receitas petrolíferas superiores às programadas. Tais receitas destinaram-se, prioritariamente, à amortização de passivos do Estado, quer na componente financeira, através do serviço da dívida pública, quer na componente não financeira, mediante a regularização de atrasados perante fornecedores, atendendo ao défice de 2,7% do PIB aprovado no OGE.

12. Nestes termos, o serviço da Dívida Interna correspondeu a 2,54 biliões de kwanzas, representando uma redução de 7% comparativamente ao I Trimestre de 2026. No que respeita à execução do serviço da Dívida Externa, efectuaram-se pagamentos na ordem de 3,31 biliões de kwanzas, representando um aumento de 58% face ao I Trimestre de 2026.

13. A 30 de Junho de 2026, o stock da Dívida Governamental situava-se em 65,75 biliões de kwanzas, equivalente a 72,04 mil milhões de dólares norte-americanos, e estava composto por 29% de Dívida Interna e 71% de Dívida Externa, registando um aumento de cerca de 4% comparativamente ao I Trimestre de 2026 e um aumento de 16% em relação ao período homólogo.

14. O stock da dívida das empresas públicas, designadamente Sonangol e TAAG, cifrou-se em 4,50 biliões de kwanzas, equivalente a 4,93 mil milhões de dólares norte-americanos, representando um aumento de cerca de 94% face ao I Trimestre de 2026 e um aumento acima de 100% comparativamente ao período homólogo.

15. O stock da Dívida Pública, que engloba a Dívida Governamental e a Dívida das Empresas Públicas, situou-se em torno de 70,24 biliões de kwanzas, equivalente a 76,97

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

mil milhões de dólares norte-americanos, registando um aumento na ordem dos 7%, quando comparado ao stock do I Trimestre de 2026 e um aumento de 20% face ao período homólogo.

16. No âmbito da execução orçamental, o OGE 2026 apresentou uma estimativa de receita e despesa autorizada no valor de 33,24 biliões de kwanzas. No II Trimestre de 2026, foram arrecadadas receitas no valor de 9,85 biliões de kwanzas, correspondente a uma execução de 30% da receita anual prevista, tendo sido realizadas despesas no valor de 10,24 biliões de kwanzas, o que representa uma execução de 31% em relação à despesa anual fixada no OGE.

17. Deste modo, face ao volume total de receitas arrecadadas relativamente às despesas totais realizadas, observou-se um resultado orçamental deficitário na ordem dos 396,39 mil milhões de kwanzas.

18. O Saldo Corrente, por sua vez, foi superavitário na ordem dos 753,90 mil milhões de kwanzas, demonstrando que as receitas correntes foram suficientes para suprir as despesas correntes do período.

19. Em termos de composição da receita arrecadada, destacam-se os seguintes resultados:

    - Receitas Correntes no valor de 5,41 biliões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 30% e uma participação sobre a receita total de 55%. A Receita Petrolífera registou uma arrecadação de 3,04 biliões de kwanzas, perfazendo uma execução de 41% do previsto no OGE, e uma participação de 31% sobre a receita total arrecadada;

    - Receitas de Capital no valor de 4,43 biliões de kwanzas, quase integralmente compostas por Receita de Financiamento, correspondendo a uma execução de 29% do valor anual previsto e uma participação sobre a receita total de 45%. A Receita de Financiamento registou cerca de 4,43 biliões de kwanzas, perfazendo uma execução de 29% do valor previsto no OGE 2026, e uma participação sobre a receita total do Trimestre de 45%. As receitas de Alienações e de Transferências de Capital totalizaram 8,40 mil milhões de kwanzas e 7 milhões de kwanzas, respectivamente.

20. Relativamente às despesas do período em análise, foram executadas:

    - Despesas Correntes no valor de 4,66 biliões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 28%, em relação à despesa autorizada para o ano, e uma participação sobre a despesa total do Trimestre de 45%;

    - Despesas de Capital no valor de 5,58 biliões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 33%, em relação à despesa orçamentada no OGE de 2026, e uma

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

participação sobre a despesa total do período de 55%, tendo registado um aumento de 81% face ao período homólogo.

CAPÍTULO III. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

21. O presente capítulo resume a evolução recente da economia nacional no período em análise, com destaque para os principais indicadores macroeconómicos e sectoriais, designadamente o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), o desempenho do sector petrolífero, incluindo o gás natural, a dinâmica do sector diamantífero, a trajectória da taxa de inflação e a evolução da taxa de câmbio, variáveis fundamentais para a avaliação do crescimento económico, da estabilidade macroeconómica e da sustentabilidade das finanças públicas.[1]

Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

22. O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2026 foi elaborado com base num pressuposto de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,17% , assente numa expansão do sector petrolífero, incluindo gás, estimada em 1,07%, e num crescimento do sector não petrolífero de 4,73%.

23. Os primeiros dados de execução apontam para uma dinâmica mais favorável do que a projectada no agregado, ainda que com uma composição distinta da prevista: no I trimestre de 2026, o PIB cresceu 5,32% em termos homólogos, resultado de um crescimento de 6,22% do sector não petrolífero e de uma contracção de 0,21% do sector petrolífero. Em cadeia, e considerando a série ajustada sazonalmente, o PIB registou uma variação de 1,37% face ao IV trimestre de 2025.

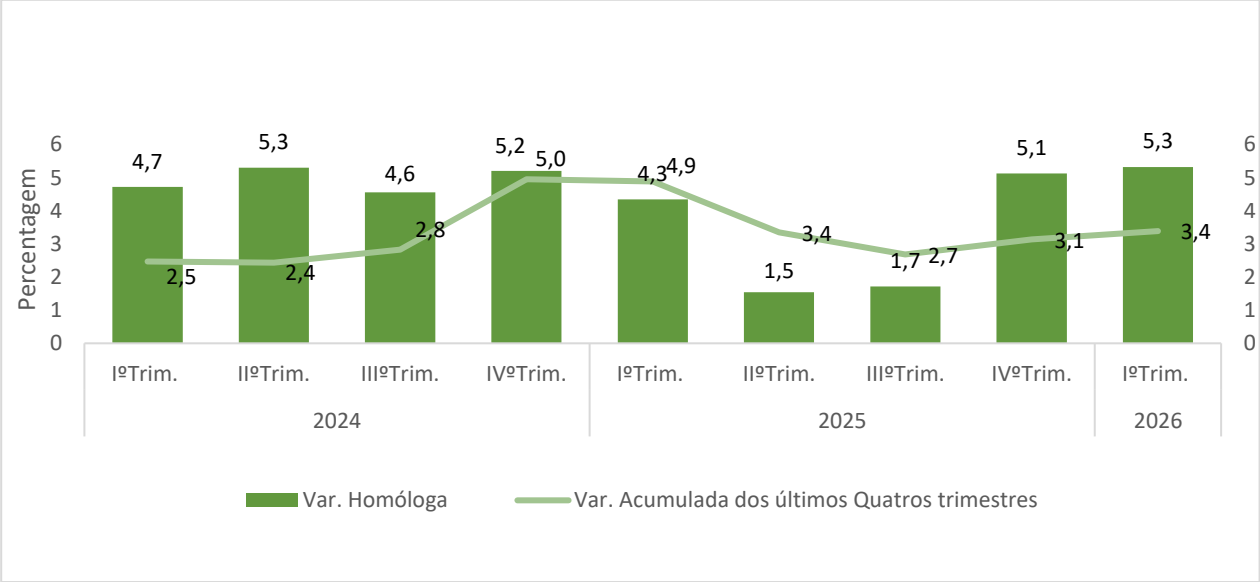
24. A evolução do sector petrolífero tem sido condicionada por paragens programadas e não programadas de manutenção em diversos blocos de produção, algumas das quais se prolongaram para além do período inicialmente previsto, com impacto temporário nos níveis de produção. Estes constrangimentos permanecem visíveis nos dados do I trimestre de 2026, em que o sector registou uma contracção homóloga de 0,21%, comparando desfavoravelmente com o crescimento anual de 1,07% assumido no OGE.

25. Trata-se, contudo, da menor contracção registada desde o início de 2025, após quedas homólogas de 4,05%, 8,44%, 6,94% e 1,22% ao longo daquele ano, tendo a actividade de Extracção e Refino de Petróleo apresentado já uma variação positiva de 0,12% em cadeia (série ajustada sazonalmente), o que sugere uma estabilização progressiva. O peso do sector no PIB nominal fixou-se em 15,78%, contra 16,55% em igual período de 2025.

[1] Alguns dos dados do presente capítulo poderão estar sujeitos a actualização, em função da divulgação da informação definitiva por parte do sector competente.

26. Relativamente ao sector não petrolífero, os resultados do I trimestre revelam desempenhos heterogéneos face aos pressupostos do OGE 2026: a Pesca e Aquicultura cresceu 8,73% e a Indústria Transformadora 7,32%, superando as projecções anuais; a Extracção de Diamantes e de Outros Minerais cresceu 4,37%, menos de metade do previsto; e a Agropecuária e Silvicultura registou 1,73%, aquém dos 6,56% projectados. O crescimento do trimestre foi sustentado sobretudo por actividades que não figuravam entre os principais motores previstos, designadamente as Actividades de Informação e Comunicação (27,63%), os Transportes e Armazenagem (16,12%) e a Produção de Electricidade, Água e Saneamento (8,15%). Em termos de contribuição para os 5,32% de crescimento homólogo, destacam-se os Transportes e Armazenagem, com 1,80 pontos percentuais (p.p.), as Actividades de Informação e Comunicação, com 0,71 p.p., a Indústria Transformadora, com 0,48 p.p., e a Administração Pública, Defesa e Segurança Social, com 0,38 p.p.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Produção e Preço do Petróleo

27. No II trimestre de 2026, o preço médio do Brent, principal referência para as ramas angolanas, situou-se em USD 102 por barril, que corresponde a USD 41 (aproximadamente 67,21%) acima do valor previsto no OGE 2026, que estimava um preço médio de USD 61 por barril. A evolução observada reflectiu a trajectória ascendente dos preços internacionais do petróleo ao longo do trimestre, num contexto de maior volatilidade nos mercados energéticos globais.

28. A evolução favorável do preço internacional do petróleo no período em análise ocorreu num contexto de elevada incerteza geopolítica, marcado pelo agravamento das tensões no Médio Oriente e pela interrupção dos esforços diplomáticos na região, com repercussões significativas sobre a segurança do abastecimento energético global. Em

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

particular, a intensificação do conflito envolvendo o Irão, observada desde o final de Fevereiro de 2026, aumentou os receios quanto à continuidade dos fluxos internacionais de crude, dada a importância estratégica do país no mercado petrolífero mundial.

Quadro 1 – Petróleo e Gás no II Trimestre 2026

Descrição	U.M.	Abril	Maio	Junho
Produção de Petróleo Bruto	Barris (Mensal)	30 906 317	32 706 727,00	31 199 375
Produção Média Diária de Petróleo Bruto	BOPD	1 030 211	1 055 056,00	1 039 979
Exportação de Petróleo Bruto	Barris (Mensal)	25 803 039	27 859 388	28 013 833
Exportação Média Diária de Petróleo Bruto	BOPD	860 101	898 690	933 794
Preços Médios Ponderados de Exportação de Petróleo Bruto	USD/BBL	112,52	112,59	80,87
Exportação de Petróleo Bruto	Valor -USD	2 903 456 871	3 136 629 183	2 265 593 365
Produção de LNG	BOE	3 833 221	4 174 213,00	4 268 797
Exportação de LNG	BOE/Dia	127 774	134 652	142 293
	(TM)	410 698	421 246	485 976
	(BOE)	3 648 288	3 639 587	4 360 487
Preços Médios Ponderados de Exportação de LNG	USD/BOE	100,20	96,43	99,96
	USD/TM	890,11	833,2	896,88
Exportação de LNG	(USD)	365 565 676	350 980 874	435 861 865

Fonte: Ministério dos Recursos Minerais Petróleo e Gás (MIREMPET)

29. A produção média diária de petróleo no II trimestre de 2026 situou-se em 1,042 milhões de barris/dia, correspondendo a uma variação negativa de 0,79% face à meta programada no OGE 2026 (1,050 milhões de barris/dia). Em comparação com a produção média diária registada em 2025 (1,036 milhões de barris/dia), observou-se um aumento na ordem de 0,55%, enquanto face ao período homólogo do II trimestre de 2025 (1,007 milhões de barris/dia) se verificou um aumento de 3,48%.

30. A redução da produção petrolífera observada no período esteve associada a factores operacionais, técnicos e ambientais, com impacto diferenciado entre blocos de produção. Entre os blocos com maiores perdas de produção destacam-se os Blocos 15, 0, Bloco 32 e Bloco 15/06, Bloco 17 e Bloco 18, conforme registos da actividade operacional do sector.

31. Em termos acumulados, a produção total de petróleo bruto no período em análise atingiu 94 812 419,00 barris, correspondendo a uma média mensal de 31 604 139,67 barris. Este volume de produção representa um acréscimo de 2,89% face ao trimestre anterior, no qual a produção totalizou 92 146 051 barris.

Produção de Diamante e Preços

32. No período em análise, a produção diamantífera totalizou 4 112 046,61 quilates, com um preço médio de USD 78,01 por quilate. Em comparação com o trimestre anterior, no qual foram produzidos 3 317 595,92 quilates a um preço médio de USD 104,58 por quilate, verificou-se um aumento de 23,95% no volume produzido, acompanhada, todavia, de uma redução do preço médio por quilate.

33. O aumento do volume de produção é explicado, sobretudo, pelas melhorias operacionais internas e pelos ajustamentos na capacidade de extracção. Em contrapartida, a queda do preço médio por quilate reflecte a dinâmica do mercado internacional combinada com a redução da procura mundial no período em análise, que tem sido influenciada pelo processo de substituição dos diamantes naturais pelos sintéticos e pela acumulação de stocks, num contexto de fraco crescimento económico.

34. As exportações de diamantes totalizaram 3 496 876,00 quilates, correspondendo a um valor global de USD 257 164 339,39. Em relação ao trimestre anterior, o volume exportado registou uma redução de 9,07% em termos de quilates, evidenciando uma diminuição do volume físico exportado no período.

Quadro 2 – Indústria Diamantífera no II Trimestre de 2026

Descrição	U.M.	Abril	Maio	Junho
Produção de Diamantes	Qlts	1 373 478,00	1 501 212,00	1 237 356,61
	P M P (USD/Qlts)	67,53	78,62	87,88
Exportação de Diamantes	Qlts	1 834 971,71	1 382 789,72	279 114,57
	USD	123 917 354,20	108 717 884,40	24 529 100,79

Fonte: Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET)

Taxa de Inflação

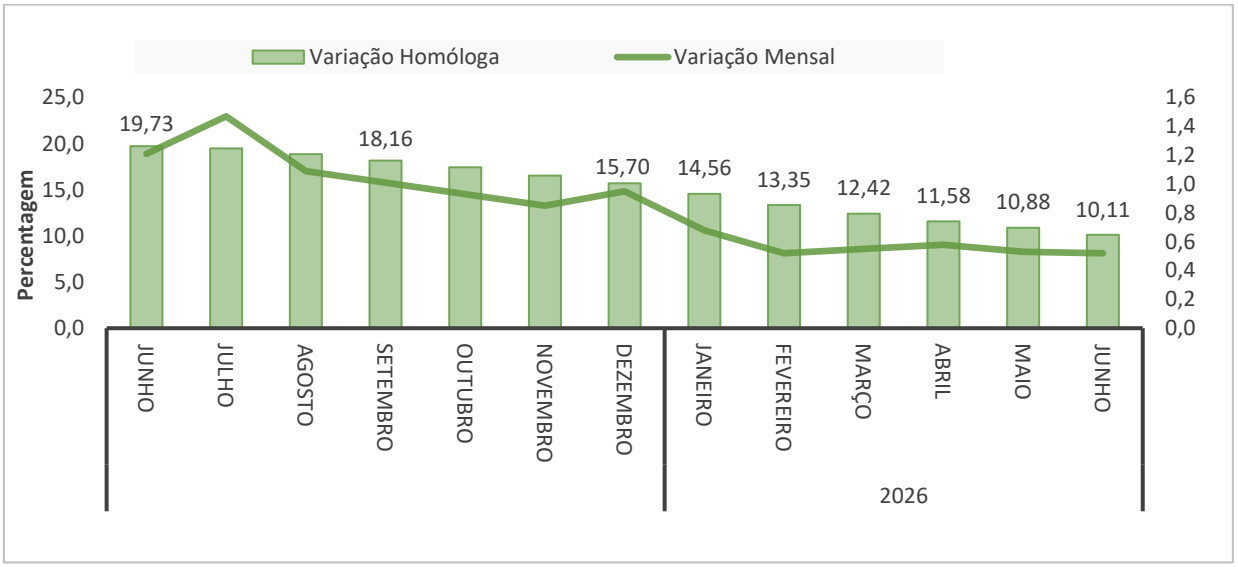
35. Em relação à trajectória da inflação, os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que o Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) manteve, ao longo do II trimestre de 2026, uma tendência de desaceleração.

36. Em termos homólogos, a taxa de inflação observada em Junho de 2026 (10,11%) representou uma redução de 9,62 pontos percentuais face aos 19,73% registados em Junho de 2025. Em comparação com o mês precedente, verificou-se igualmente uma diminuição de 0,77 pontos percentuais, confirmando a trajectória descendente da inflação no final do trimestre.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

37. A análise por classes de despesa no final do trimestre indica que as maiores variações homólogas foram registadas nas seguintes classes: (i) Transportes, com cerca de 16,40%; (ii) Educação, com 13,40%; (iii) Habitação, água, electricidade e combustíveis, com 11,14%; e, (iv) Alimentação e bebidas não alcoólicas, com 10,73%.

Gráfico 2 – Taxa de Inflação Nacional (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Taxa de Câmbio

38. Ao longo do II trimestre de 2026, a taxa de câmbio de referência nacional manteve um comportamento relativamente estável, registando um valor médio de 912,93 AOA/USD. Esta evolução reforça a consolidação da trajectória de estabilidade cambial observada ao longo de 2025.

CAPÍTULO IV. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO NO TRIMESTRE

39. Este capítulo demonstra a arrecadação de receitas e a realização de despesas dos órgãos que receberam dotação orçamental ao longo do período. No II Trimestre do exercício de 2026, o OGE apresentou a execução que se descreve em seguida.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

Receitas Arrecadadas

40. No II Trimestre de 2026, a receita total arrecadada cifrou-se em 9,85 biliões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 30% da receita anual estimada e um aumento de 66% em comparação com o período homólogo.

41. O quadro abaixo ilustra a execução da Receita nas diferentes rubricas orçamentais, demonstrando uma maior captação de recursos ao nível das receitas petrolíferas.

Quadro 3 – Receita Arrecadada no II Trimestre de 2026
(Milhões de Kwanzas)

Natureza da Receita	Prevista	Arrecadada			Exec.%	Part.%	Var.%
		I T 2026	II T 2026	II T 2025			Homóloga
Correntes	**18 179 392**	**3 826 500**	**5 411 948**	**4 369 123**	**30%**	**55%**	**24%**
Petrolíferas	7 501 350	1 869 945	3 040 470	2 517 837	41%	31%	21%
Concessionária	*5 152 279*	*1 286 514*	*1 745 329*	*1 518 321*	*34%*	*18%*	*15%*
Companhias	*2 349 071*	*583 430*	*1 295 141*	*999 516*	*55%*	*13%*	*30%*
Diamantíferas	179 604	33 553	19 761	31 438	11%	0%	-37%
Outras Receitas Tributárias	8 606 814	1 650 054	1 930 092	1 495 204	22%	20%	29%
Outras Receitas Patrim. e Correntes	994 667	54 652	183 759	119 564	18%	2%	54%
Receitas de Contribuições Sociais e Económicas	896 957	218 297	237 866	205 080	27%	2%	16%
Capital	**15 061 452**	**5 535 595**	**4 434 168**	**1 558 473**	**29%**	**45%**	**185%**
Alienações	26 123	25 425	8 401	5 467	32%	0%	54%
Financiamentos	15 035 329	5 509 418	4 425 759	1 552 543	29%	45%	185%
Internos	*7 108 829*	*2 570 464*	*2 174 611*	*953 949*	*31%*	*22%*	*128%*
Externos	*7 926 500*	2 938 955	2 251 148	598 594	*28%*	*23%*	*276%*
Receita De Transferências De Capital	0	*751*	*7*	*463*	0%	0%	-98%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0%	0%	0%
Total Geral	**33 240 844**	**9 362 095**	**9 846 116**	**5 927 596**	**30%**	**100%**	**66%**

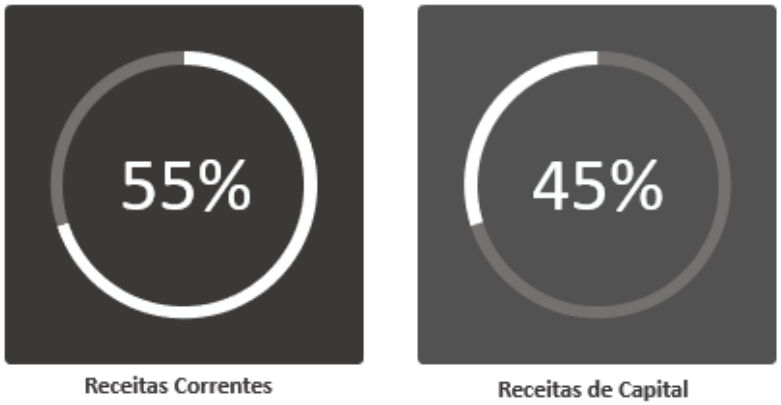
Fonte: MINFIN

42. Conforme apresentado no quadro acima, as receitas totais decompõem-se em receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes representaram 55% da receita total e as receitas de capital registaram um peso de 45%, tal como se pode observar no gráfico 3.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

Gráfico 3 – Decomposição da Receita Arrecadada no II Trimestre de 2026
(Em Percentagem)



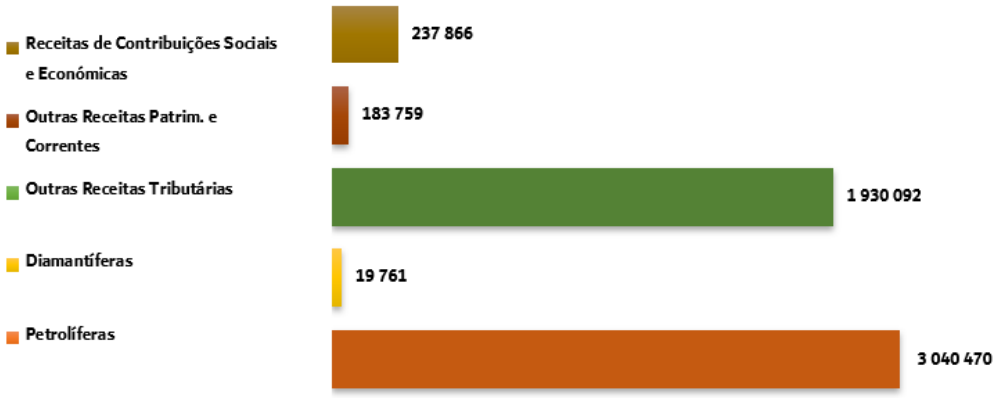
Fonte: MINFIN

Receitas Correntes

43. No período em análise, as receitas correntes arrecadadas totalizaram cerca de 5,41 biliões de kwanzas e registaram uma execução de 30% sobre a receita anual estimada, representando um peso de 55% sobre a receita total arrecadada.

44. As receitas correntes registaram um acréscimo de cerca de 24% face ao período homólogo, influenciadas sobretudo pelo aumento da arrecadação das receitas petrolíferas (+21%), das outras receitas tributárias (+29%) e das outras receitas patrimoniais e correntes (+54%).

Gráfico 4 – Decomposição das Receitas Correntes
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

45. O gráfico 4 (acima) apresenta a decomposição das receitas correntes no período em análise.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

46. A Receita do Sector Petrolífero, que é composta pela receita da Concessionária e a receita das Companhias Petrolíferas associadas, registou uma arrecadação de 3,04 biliões de kwanzas, representando uma execução de 41% da receita prevista e uma participação de 31% sobre a receita total arrecadada. Estas receitas resultam essencialmente da arrecadação dos impostos sobre a Partilha de Produção de Petróleo, Rendimento e Produção de Petróleo.

47. Pese embora a produção média diária do petróleo tenha registado uma ligeira variação negativa face à meta programada no OGE 2026, as Receitas Petrolíferas registaram um acréscimo de 21% face ao período homólogo, justificado, sobretudo, pela evolução favorável do preço do petróleo ao longo do período.

48. As Outras Receitas Tributárias registaram uma arrecadação na ordem dos 1,93 biliões de kwanzas, perfazendo uma execução de 22%, e uma participação de 20%, verificando-se, em relação ao período homólogo, um aumento de 29%. Este desempenho resulta, sobretudo, do reforço da arrecadação em alguns dos componentes que integram esta rubrica, com destaque para o Imposto Industrial, cuja arrecadação foi de cerca de 715,03 mil milhões de kwanzas, o Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), no montante de 585,65 mil milhões de kwanzas e o Imposto sobre Rendimento do Trabalho, em cerca de 108,24 mil milhões de kwanzas.

49. As Receitas de Contribuições Sociais e Económicas, que englobam as receitas provenientes das contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional de Segurança Social e Contribuições para o Fundo de Desenvolvimento Mineiro, registaram valores na ordem dos 237,87 mil milhões de kwanzas, correspondendo a um grau de execução de 27% e uma participação de 2%, que se deve, essencialmente, ao registo das contribuições arrecadadas pelo INSS.

50. As Outras Receitas Patrimoniais e Correntes, que comportam Receitas de Juros diversos, Multas Fiscais, Serviços de Notariado e Diversos, bem como Receitas com Indemnizações, Dividendos e Rendas de Imóveis, registaram uma arrecadação na ordem dos 183,76 mil milhões de kwanzas, representando uma execução de 18%, uma participação de 2% sobre a receita total arrecadada no período e um aumento 54% face ao II Trimestre do ano anterior.

51. As Receitas Diamantíferas registaram valores na ordem dos 19,76 mil milhões de kwanzas, equivalentes a uma execução de 11% da previsão do OGE, e uma redução de 37% em comparação com o período homólogo.

52. A redução das receitas diamantíferas, no período em análise, é justificada, sobretudo, pela diminuição do volume de exportação, bem como pela queda do preço médio por quilate verificada no Trimestre, em comparação com o período homólogo.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

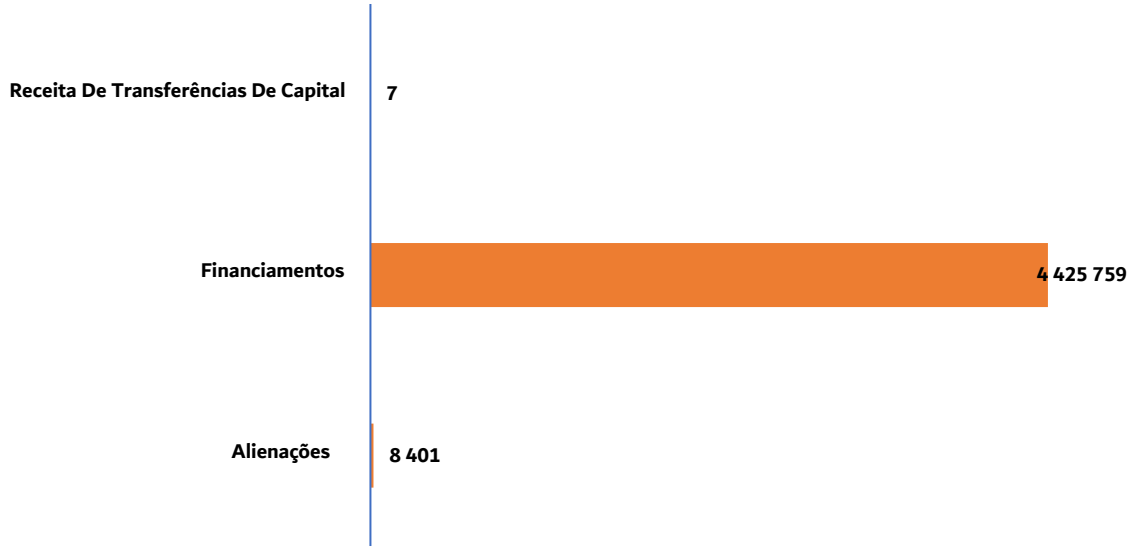
Receitas de Capital

53. No trimestre em análise, as Receitas de Capital ascenderam ao valor de 4,43 biliões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 29%, face ao valor anual estimado, e uma participação sobre a receita total do Trimestre de 45%.

54. Comparativamente ao período homólogo, as receitas de capital registaram um aumento na ordem dos 185%, justificado pelo aumento observado, sobretudo, nas receitas provenientes das alienações (+54%) e das receitas de financiamentos (+185%), com destaque para o financiamento externo, cuja execução no II trimestre de 2026 foi de cerca de 2,25 biliões de kwanzas, correspondendo a um aumento homólogo de 276%.

55. O gráfico 5 apresenta a decomposição das receitas de capital no trimestre em análise.

Gráfico 5 – Decomposição das Receitas de Capital
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

56. As Receitas de Financiamentos, internos e externos, registaram uma arrecadação na ordem dos 4,43 biliões de kwanzas, atingindo uma execução de 29% em relação à receita anual prevista para a referida categoria, uma participação de 45% sobre a receita total e uma variação homóloga positiva de 185%.

57. As Receitas de Alienações, por seu turno, registaram uma arrecadação de cerca de 8,40 mil milhões de kwanzas, representando uma execução de 32% face ao valor total estimado e uma variação positiva de 54% face ao período homólogo.

58. No que se refere às Receitas de Transferências de Capital, registaram uma arrecadação de 7 milhões de kwanzas, representando uma variação negativa de 98% face ao período homólogo.

Receitas Arrecadadas ao Longo do I Semestre de 2026

59. O quadro abaixo apresenta a informação da receita arrecadada ao longo I Semestre de 2026, detalhada por trimestre. Importa salientar que os dados apresentados são preliminares e estão sujeitos a alterações, em consequência das operações de encerramento do exercício. Assim sendo, os dados finais serão apenas divulgados aquando da publicação da Conta Geral do Estado de 2026.

Quadro 4 – Receita Acumulada Arrecadada até ao I Semestre de 2026
(Milhões de Kwanzas)

Natureza da Receita	Prevista	Arrecadada		Total
		I T 2026	II T 2026	I Semestre
Correntes	**18 179 392**	**3 826 500**	**5 411 948**	**9 238 448**
Petrolíferas	7 501 350	1 869 945	3 040 470	4 910 415
Concessionária	*5 152 279*	*1 286 514*	*1 745 329*	3 031 843
Companhias	*2 349 071*	*583 430*	*1 295 141*	1 878 571
Diamantíferas	179 604	33 553	19 761	53 314
Outras Receitas Tributárias	8 606 814	1 650 054	1 930 092	3 580 146
Outras Receitas Patrim. e Correntes	994 667	54 652	183 759	238 411
Receitas de Contribuições Sociais e Económicas	896 957	218 297	237 866	456 163
Capital	**15 061 452**	**5 535 595**	**4 434 168**	**9 969 763**
Alienações	26 123	25 425	8 401	33 826
Financiamentos	15 035 329	5 509 418	4 425 759	9 935 177
Internos	*7 108 829*	*2 570 464*	*2 174 611*	*4 745 075*
Externos	*7 926 500*	*2 938 955*	*2 251 148*	*5 190 103*
Receita De Transferências De Capital	0	751	7	758
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0
Total Geral	**33 240 844**	**9 362 095**	**9 846 116**	**19 208 211**

Fonte: MINFIN

60. De acordo com os dados preliminares apurados até ao I Semestre de 2026, as receitas arrecadadas totalizaram cerca de 19,21 biliões de kwanzas, correspondente a 58% do valor estimado no OGE, dos quais 9,24 biliões de kwanzas correspondem às Receitas Correntes e 9,97 biliões de kwanzas correspondem às Receitas de Capital.

61. No âmbito das Receitas Correntes, o maior destaque recai para as Receitas Petrolíferas, no valor de 4,91 biliões de kwanzas, e as Outras Receitas Tributárias, na ordem dos 3,58 biliões de kwanzas.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

62. Quanto às Receitas de Capital, a Receita de Financiamentos registou o maior volume de arrecadação com cerca de 9,94 biliões de kwanzas, seguida pelas Receitas de Alienações na ordem dos 33,83 mil milhões de kwanzas.

Despesas Realizadas

63. A despesa total realizada no período em análise fixou-se em 10,24 biliões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 31% em relação à despesa total orçamentada, e um aumento de 59%, comparativamente ao período homólogo.

64. O quadro 5 apresenta a realização da Despesa por natureza no II Trimestre de 2026.

Quadro 5 – Despesa por Natureza no II Trimestre de 2026
(Milhões de Kwanzas)

Natureza da Despesa	Prevista	Realizada			Exec. %	Part.%	Var.%
		I T 2026	II T 2026	II T 2025			Homóloga
Correntes	**16 374 578**	**3 528 620**	**4 658 050**	**3 354 634**	**28%**	**45%**	**39%**
Pessoal e Contribuições do Empregador	5 093 921	1 106 687	1 092 735	985 724	21%	11%	11%
Bens	1 928 207	507 912	1 045 116	498 974	54%	10%	109%
Serviços	2 093 241	674 689	1 035 173	446 637	49%	10%	132%
Juros da Dívida	4 321 077	1 014 862	1 137 706	1 045 641	26%	11%	9%
Restituições E Indemnizações	-	310	419	6 020	0%	0%	-93%
Subsídios e Outras Transferências	2 938 132	224 160	346 901	371 639	12%	3%	-7%
Capital	**16 866 266**	**5 589 567**	**5 584 450**	**3 089 425**	**33%**	**55%**	**81%**
Investimentos	5 412 866	1 704 483	1 380 493	1 329 912	26%	13%	4%
Transferências de Capital	292 305	56 655	161 027	53 714	55%	2%	200%
Despesas de Capital Financeiro	10 943 874	3 827 966	4 039 950	1 702 241	37%	39%	137%
Outras Despesas De Capital	217 220	463	2 980	3558	1%	0%	-16%
Reserva Orçamental	0	0	0	0	0%	0%	0%
Total Geral	**33 240 844**	**9 118 188**	**10 242 501**	**6 444 059**	**31%**	**100%**	**59%**

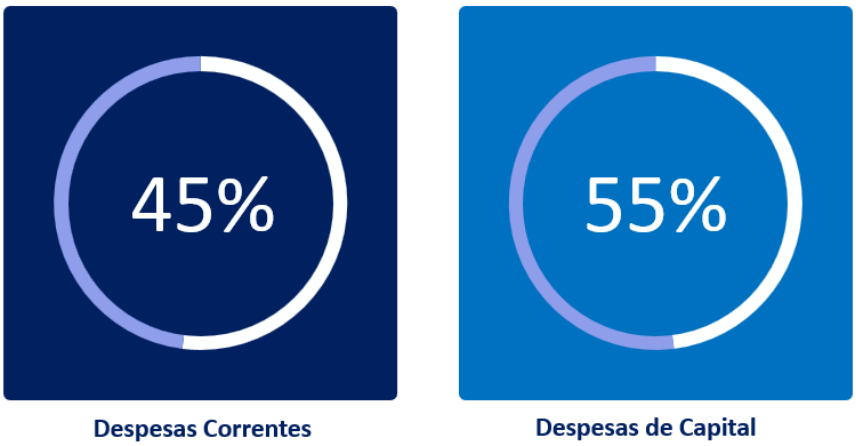
Fonte: MINFIN

65. Tal como se pode aferir, as despesas totais são decompostas por despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes representaram 45% da despesa total, enquanto as despesas de capital representaram 55%, conforme se ilustra no gráfico 6 que se segue.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

Gráfico 6 – Decomposição das Despesas Executadas
(Em Percentagem)



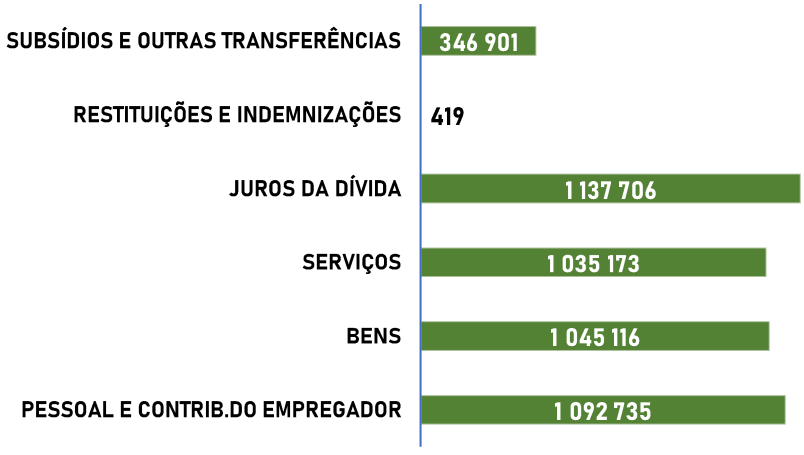
Fonte: MINFIN

Despesas Correntes

66. As Despesas Correntes, realizadas no período, foram no valor de 4,66 biliões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 28% em relação à despesa anual autorizada e uma participação de 45% sobre a despesa total executada.

67. Comparativamente ao ano anterior, as despesas correntes registaram um aumento na ordem dos 39%, impactadas essencialmente pelo aumento nas rubricas de serviços (+132%) e bens (+109%).

Gráfico 7 – Decomposição das Despesas Correntes
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

68. O gráfico 7 (acima) apresenta a execução das despesas correntes, nas diversas naturezas económicas.

69. Os Encargos com Pessoal, que se referem ao pagamento de salários e obrigações remuneratórias, registaram despesas na ordem dos 1,09 biliões de kwanzas, representando uma taxa de execução de 21% face à despesa aprovada e uma participação de 11% sobre a despesa total realizada, tendo registado um aumento de 11%, face ao período homólogo.

70. As Despesas de Bens e de Serviços registaram execuções na ordem dos 1,05 biliões de kwanzas e 1,04 biliões de kwanzas, correspondendo a um grau de execução de 54% e 49% do valor anual autorizado, respectivamente. A despesa de Bens registou um aumento de 109% e a despesa com Serviços verificou um aumento de 132%, em comparação com o período homólogo.

71. Importa referir que o aumento nas despesas de Serviços é justificado essencialmente pelo aumento das despesas em serviços de estudo, fiscalização e consultoria (+12%), serviços de manutenção e conservação (+40%) e outros serviços (+242%) no período em análise em relação ao período homólogo.

72. As Despesas com Juros da Dívida (Interna e Externa) foram executadas na ordem de 1,14 biliões de kwanzas, tendo sido registada uma taxa de execução de 26%, em relação ao orçamento anual, e uma taxa de participação de 11% sobre a despesa total executada. Comparativamente ao período homólogo, verificou-se um acréscimo de 9%.

73. No que se refere às Restituições e Indemnizações, foram executadas ao longo do II Trimestre despesas na ordem dos 419 milhões de kwanzas, representando uma redução de 93%, comparativamente ao período homólogo.

74. As Despesas com Subsídios e Outras Transferências registaram uma execução na ordem dos 346,90 mil milhões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 12%, sendo caracterizadas, essencialmente, por subsídios para cobertura de custos com pessoal, transferências para as famílias, bolsas de estudo e subsídios para entidades tradicionais. Comparativamente ao período homólogo, verificou-se uma redução na ordem de 7%.

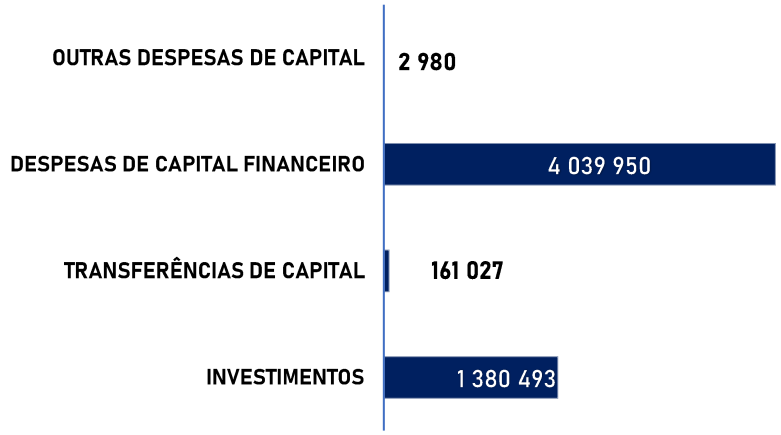
Despesas de Capital

75. As Despesas de Capital realizadas no período fixaram-se em 5,58 biliões de kwanzas, demonstrando uma execução de 33% e uma participação sobre a despesa total de 55%, tendo registado um aumento de 81% face ao período homólogo.

76. Este aumento é justificado, essencialmente, pelo aumento das Despesas de Investimentos (+4%), Despesas com Transferências de Capital (+200%) e Despesas de Capital Financeiro (+137%).

77. O gráfico 8 apresenta a composição das despesas de capital, no período em análise.

Gráfico 8 – Decomposição das Despesas de Capital
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

78. Durante o período em apreço, foram executadas Despesas de Capital Financeiro na ordem dos 4,04 biliões de kwanzas, representando uma execução de 37%, face à despesa anual orçamentada, e uma participação de 39% sobre a despesa total executada. Estas representaram um aumento de 137% face ao II Trimestre de 2025.

79. As Despesas de Investimentos, por seu turno, tiveram uma execução na ordem dos 1,38 biliões de kwanzas, que equivale a 26% do orçamento anual aprovado. As Despesas de Investimentos estiveram desagregadas, essencialmente, em Construção de Infra-estruturas e Instalações, Obras de Reabilitação de Imóveis, Meios e Equipamentos de Transporte, Construções de Imóveis, Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Ferramentas e, por último, Equipamentos de Processamento de Dados.

80. Em relação às Transferências de Capital, no período em análise, foram executadas despesas na ordem dos 161,03 mil milhões de kwanzas, correspondente a 55% do orçamento anual aprovado, representando um aumento de cerca de 200% face ao período homólogo.

81. Quanto às Outras Despesas de Capital, no período em referência, executou-se despesas no valor de 2,98 mil milhões de kwanzas, correspondente a um grau de execução de 1% do valor orçamentado, representando assim um decréscimo de 16% face ao período homólogo.

Despesa Acumulada ao Longo do I Semestre de 2026

82. No quadro seguinte, apresenta-se a informação da despesa acumulada ao longo do I Semestre de 2026, detalhada por trimestre. Importa referir que os dados apresentados são preliminares e estão sujeitos a alterações, em consequência das operações de encerramento do exercício. Assim sendo, os dados finais serão apenas divulgados aquando da publicação da Conta Geral do Estado de 2026.

Quadro 6 – Despesa Acumulada Realizada até ao I Semestre de 2026
(Milhões de Kwanzas)

Natureza da Despesa	Prevista	Realizada		Total
		I T 2026	II T 2026	I Semestre
Correntes	**16 374 578**	**3 528 620**	**4 658 050**	**8 186 670**
Pessoal e Contribuições do Empregador	5 093 921	1 106 687	1 092 735	2 199 422
Bens	1 928 207	507 912	1 045 116	1 553 028
Serviços	2 093 241	674 689	1 035 173	1 709 862
Juros da Dívida	4 321 077	1 014 862	1 137 706	2 152 568
Restituições E Indemnizações	-	310	419	729
Subsídios e Outras Transferências	2 938 132	224 160	346 901	571 061
Capital	**16 866 266**	**5 589 567**	**5 584 450**	**11 174 017**
Investimentos	5 412 866	1 704 483	1 380 493	3 084 976
Transferências de Capital	292 305	56 655	161 027	217 682
Despesas de Capital Financeiro	10 943 874	3 827 966	4 039 950	7 867 916
Outras Despesas De Capital	217 220	463	2 980	3 443
Reserva Orçamental	0	0	0	0
Total Geral	**33 240 844**	**9 118 188**	**10 242 501**	**19 360 689**

Fonte: MINFIN

83. Durante o I Semestre de 2026, as despesas realizadas totalizaram cerca de 19,36 biliões de kwanzas, dos quais 8,19 biliões de kwanzas correspondem às Despesas Correntes e 11,17 biliões de kwanzas correspondem às Despesas de Capital.

84. No âmbito das Despesas Correntes, o maior destaque recai para as Despesas com Pessoal e Contribuições do Empregador, no valor de 2,20 biliões de kwanzas, e para as Despesas com Juros da Dívida, na ordem dos 2,15 biliões de kwanzas.

85. Quanto às Despesas de Capital, o maior volume de execução foi registado pelas Despesas de Capital Financeiro com cerca de 7,87 biliões de kwanzas, seguidas pelas Despesas com Investimentos na ordem dos 3,08 biliões de kwanzas.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

Despesas Por Função

86. A execução da Despesa por Função esboça a acção governamental nos diferentes sectores, como por exemplo Saúde, Educação, Protecção Social e Defesa, bem como os Encargos Financeiros, respondendo a um dos objectivos do Executivo que é o de consolidar a estabilidade macroeconómica e fortalecer o crescimento económico.

87. Tal como apresentado no quadro 7, e no subponto anterior, as despesas foram executadas na ordem dos 10,24 biliões de kwanzas, representando uma taxa de execução de 31%. Deste modo, o quadro que se segue apresenta a desagregação da despesa por função governamental, incluindo os encargos financeiros.

Quadro 7 – Despesa Realizada por Função no II Trimestre de 2026
(Milhões de Kwanzas)

Funções do Governo	Aprovada	Realizada			Exec.%	Part.%	Var. %
		I T 2026	II T 2026	II T 2025			Homóloga
Sector Social	**8 447 022**	**1 803 455**	**1 674 053**	**1 406 094**	**20%**	**16%**	**19%**
Educação	2 298 957	341 882	407 347	279 800	18%	4%	46%
Saúde	2 099 624	361 501	373 671	338 970	18%	4%	10%
Protecção Social	1 467 152	93 577	254 650	217 211	17%	2%	17%
Habitação e Serviços Comunitários	2 372 278	985 697	556 399	520 912	23%	5%	7%
Recreação, Cultura E Religião	196 462	18 261	75 436	47 731	38%	1%	58%
Protecção Ambiental	12 549	2 538	6 551	1 470	52%	0%	346%
Assuntos Económicos	**2 199 417**	**509 825**	**566 547**	**597 931**	**26%**	**6%**	**-5%**
Agricultura, Silvicult, Pesca e Caça	281 792	45 159	92 515	19 388	33%	1%	377%
Combustíveis e Energia	725 511	243 037	244 078	126 459	34%	2%	93%
Indústria Extractiva, Transformadora E Construção	176 018	62 042	63 790	102 708	36%	1%	-38%
Assuntos Econ Gerais, Com E Laborais	216 522	16 190	11 130	3 200	5%	0%	248%
Transportes	599 260	130 856	140 365	284 227	23%	1%	-51%
Comunicações E Tecn Da Informação	180 647	5 304	11 229	60 523	6%	0%	-81%
Outras Actividades Económicas	13 080	1 215	1 732	794	13%	0%	118%
Invest. E Desen.(I&D)Em Assunt.Econ.	6 587	6 021	1 708	631	26%	0%	171%
Defesa e Segurança	**2 492 801**	**971 535**	**1 027 345**	**943 225**	**41%**	**10%**	**9%**
Defesa Nacional	1 230 728	596 426	456 145	451 416	37%	4%	1%
Segurança e Ordem Pública	1 262 073	375 108	571 200	491 808	45%	6%	16%
Encargos financeiros	**15 496 152**	**4 923 219**	**5 699 330**	**2 560 654**	**37%**	**56%**	**123%**
Operações Da Dívida Pública Interna	6 474 929	2 659 712	1 619 997	287 958	25%	16%	463%
Operações Da Dívida Pública Externa	8 769 047	2 206 853	3 919 757	2 223 536	45%	38%	76%
Outros Encargos E Transferências	252 176	56 655	159 577	49 159	63%	2%	225%
Serviços Públicos Gerais	**4 605 452**	**910 154**	**1 275 225**	**936 155**	**28%**	**12%**	**36%**
Totais	**33 240 844**	**9 118 188**	**10 242 501**	**6 444 059**	**31%**	**100%**	**59%**

Fonte: MINFIN

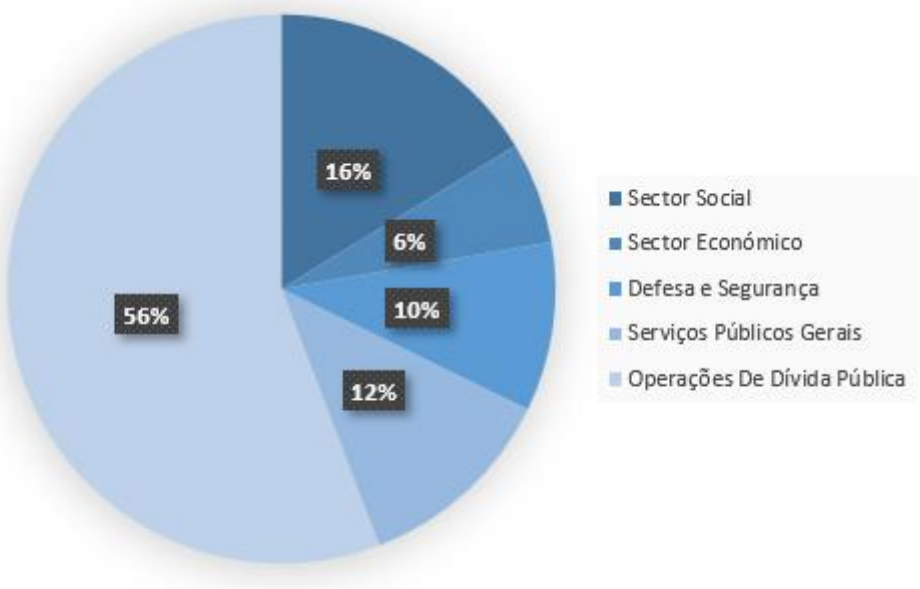
88. No que se refere aos Encargos Financeiros, conforme definido como prioridade do OGE 2026 (cuja previsão orçamental anual é de 15,50 biliões de kwanzas), e com o objectivo de melhorar os fundamentos fiscais para fortalecimento da estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida, foi executado o maior volume de despesas por função na ordem dos 5,70 biliões de kwanzas, perfazendo 37% do valor anual aprovado e um aumento de 123% em comparação ao período homólogo.

89. Vale destacar que a segunda maior fatia atribuída no OGE 2026 foi para o Sector Social, com um valor orçamentado na ordem dos 8,45 biliões de kwanzas. Assim, no período em apreço, o Sector Social apresentou uma execução na ordem de 1,67 biliões de kwanzas, equivalente a uma execução de cerca de 20% do valor total orçamentado e representando um peso de 16% sobre a despesa total executada.

90. Seguidamente, apresentam-se os sectores dos Serviços Públicos Gerais e o da Defesa e Segurança, com execuções de 1,28 biliões de kwanzas e 1,03 biliões de kwanzas, representando execuções de 28% e de 41%, respectivamente, sobre o valor anual orçamentado; tendo tido uma participação de 12% e 10%, respectivamente, na despesa total executada.

91. O sector dos Assuntos Económicos apresentou uma execução de 566,55 mil milhões de kwanzas, representando uma execução de cerca de 26% da despesa anual orçamentada e uma participação de 6% sobre a despesa total, tal como se pode observar no gráfico 9.

Gráfico 9 – Despesa por Função no II Trimestre de 2026
(Em Percentagem)



Fonte: MINFIN

92. Nos Encargos Financeiros, a maior incidência de despesa recaiu sobre as Operações da Dívida Pública Externa, com uma execução de cerca de 3,92 biliões de kwanzas, com uma taxa de execução na ordem de 45% relativamente ao valor anual aprovado.

93. No Sector Social, as despesas com maior execução incidiram sobre os subsectores da Habitação e Serviços Comunitários, Educação e Saúde com execuções na ordem dos 556,40 mil milhões de kwanzas, 407,35 mil milhões de kwanzas e 373,67 mil milhões de kwanzas, respectivamente. Estes sectores representaram uma taxa de execução, face ao valor total aprovado, de 23% e 18% (para Educação e Saúde), respectivamente.

94. No Sector da Defesa e Segurança, as despesas incidiram sobre os subsectores da Segurança e Ordem Pública e da Defesa Nacional, cujas execuções estiveram na ordem dos 571,20 mil milhões de kwanzas e 456,15 mil milhões de kwanzas, tendo registado taxas de execução, face ao valor aprovado, na ordem dos 45% e 37%, respectivamente.

95. No Sector dos Assuntos Económicos, registou-se a maior execução nos Combustíveis e Energia e Transportes que realizaram despesas na ordem dos 244,08 mil milhões de kwanzas e 140,37 mil milhões de kwanzas, correspondente a uma execução de 34% e 23%, respectivamente.

Despesas Sociais no Trimestre

96. As despesas do Sector Social foram estimadas em 8,45 biliões de kwanzas, compreendendo os gastos com a Educação, Saúde, Protecção Social, Habitação e Serviços Comunitários, Recreação, Cultura e Religião, bem como a Protecção Ambiental.

97. Do valor total aprovado, no período, foram executadas despesas na ordem dos 1,67 biliões de kwanzas, distribuídos entre os vários sectores, tal como se pode observar no quadro que se segue.

Quadro 8 – Execução das Despesas Sociais no II T 2026
(Milhões de Kwanzas)

Sector	OGE	Realizada			Exec.%	Part.%	Var. %
	Aprovado	I T 2026	II T 2026	II T 2025			Homóloga
Educação	2 298 957	341 882	407 347	279 800	18%	4%	46%
Saúde	2 099 624	361 501	373 671	338 970	18%	4%	10%
Protecção Social	1 467 152	93 577	254 650	217 211	17%	2%	17%
Habitação e Serviços Comunitários	2 372 278	985 697	556 399	520 912	23%	5%	7%
Recreação, Cultura E Religião	196 462	18 261	75 436	47 731	38%	1%	58%
Protecção Ambiental	12 549	2 538	6 551	1 470	52%	0%	346%
Total	**8 447 022**	**1 803 455**	**1 674 053**	**1 406 094**	**20%**	**16%**	**19%**

Fonte: MINFIN

Sector da Educação

98. O Sector da Educação executou despesas na ordem dos 407,35 mil milhões de kwanzas, perfazendo uma taxa de execução da despesa de 18% do valor anual estimado. Deste valor, destacam-se as funções do ensino primário, secundário e superior, com execuções na ordem dos 220,45 mil milhões de kwanzas, 83,81 mil milhões de kwanzas e 79,33 mil milhões de kwanzas, respectivamente.

99. No ensino primário, o valor executado destinou-se às despesas com pessoal, cobertura de despesas de capital e despesas correntes, com destaque para os projectos de construção, reabilitação e apetrechamento de escolas, no âmbito dos programas de expansão e modernização do sistema de ensino.

100. No ensino secundário, o valor executado destinou-se às despesas com pessoal, execução de despesas correntes e de capital com vista a manter o normal funcionamento das escolas, bem como o alcance do objectivo de promoção e massificação do acesso a todos os níveis de ensino.

101. Relativamente ao ensino superior, os valores executados foram canalizados para fazer face às despesas com pessoal e despesas em bens e serviços, no âmbito do programa de formação de quadros e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica.

Sector da Saúde

102. No II Trimestre de 2026, o Sector da Saúde realizou despesas na ordem dos 373,67 mil milhões de kwanzas, perfazendo um grau de execução de 18% face ao valor anual autorizado. Deste valor, destaca-se a execução dos projectos no âmbito dos serviços hospitalares gerais, serviços de saúde pública e serviços hospitalares especializados, com execuções na ordem dos 171,94 mil milhões de kwanzas, 96,79 mil milhões de kwanzas e 55,93 mil milhões de kwanzas, respectivamente.

Sector da Protecção Social

103. O Sector da Protecção Social executou despesas na ordem dos 254,65 mil milhões de kwanzas, perfazendo 17% de execução face ao valor anual autorizado. Deste valor, destacam-se os sectores dos outros serviços de protecção social e família e infância, com execuções na ordem dos 242,07 mil milhões de kwanzas e 10,09 mil milhões de kwanzas, respectivamente.

Sector da Habitação e Serviços Comunitários

104. No II Trimestre de 2026, o Sector da Habitação e Serviços Comunitários (que contempla as despesas com infra-estruturas, habitação, saneamento básico, abastecimento de água

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

e outras) realizou despesas na ordem dos 556,40 mil milhões kwanzas, perfazendo uma taxa de execução de 23%, relativamente à despesa anual autorizada.

105. Deste valor, destacam-se as despesas realizadas com infra-estrutura urbana e abastecimento de água, com valores na ordem dos 250,19 mil milhões de kwanzas e 238,66 mil milhões de kwanzas, respectivamente.

Sector da Recreação, Cultura e Religião

106. O Sector de Recreação, Cultura e Religião executou despesas na ordem dos 75,44 mil milhões de kwanzas, evidenciando uma taxa de execução de 38%, face ao valor anual autorizado. Deste valor, destacam-se as despesas com os serviços religiosos e outros serviços à comunidade e com os serviços culturais, com execuções na ordem dos 38,16 mil milhões de kwanzas e 22,79 mil milhões de kwanzas, respectivamente.

Despesas por Programa

107. No II Trimestre de 2026, os programas executados no período estão respaldados pela visão estratégica definida no Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027 (PDN 2023-2027).

108. Assim sendo, a análise sobre a execução financeira do período cingiu-se ao PDN 2023-2027, que está estruturado em 7 Eixos, subdivididos em 16 Políticas Estratégicas, detalhadas em 50 Programas de Acção, implementados por projectos e actividades previstos no Plano Anual de Desenvolvimento Nacional.

109. Os 7 eixos de intervenção do PDN 2023-2027, com base nas prioridades gerais do Executivo, são:

- Eixo 1: Consolidar a paz e o Estado democrático de direito, prosseguir a reforma do Estado, da justiça, da administração pública, da comunicação social e da liberdade de expressão e da sociedade civil;
- Eixo 2: Promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do território;
- Eixo 3: Promover o desenvolvimento do capital humano, ampliando o acesso aos serviços de saúde, ao conhecimento e habilidades técnicas e científicas, promover a cultura e o desporto e estimular o empreendedorismo e a inovação;
- Eixo 4: Reduzir as desigualdades sociais, erradicando a fome e a pobreza extrema, promovendo a igualdade do género e solucionando os desafios multidimensionais e transversais à elevação da qualidade de vida das populações;
- Eixo 5: Modernizar e tornar mais eficientes as infra-estruturas do País e preservar o ambiente;

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

- Eixo 6: Assegurar a diversificação económica sustentável, inclusiva e liderada pelo sector privado, e a segurança alimentar;

- Eixo 7: Assegurar a defesa da soberania, da integridade e da segurança nacional e promover a imagem e o papel de Angola no contexto regional e internacional.

110. A execução financeira destes programas, no período que vai de Abril a Junho do corrente ano, é descrita no Quadro 9.

Quadro 9 – Execução Financeira da Despesa por Programa
(Milhões de Kwanzas)

Programa	Despesa Aprovada	Despesa Liquidada	Exec.%	Part.%
Acções Correntes	26 477 946	8 290 445	31%	81%
Programa De Capacitação E Modernização Da Administração Pública	126 169	275 838	219%	3%
Programa De Expansão E Modernização Do Sector Das Águas	724 940	247 131	34%	2%
Programa De Expansão E Modernização Do Sistema Eléctrico Nacional	597 544	244 105	41%	2%
Programa De Construção, Reabilitação, Conservação E Manutenção De Infraestruturas Rodoviárias	1 295 603	219 934	17%	2%
Programa De Construção, Reabilitação, Conservação E Manutenção Dos Edifícios Públicos E Equipamentos Sociais	273 913	145 102	53%	1%
Programa De Expansão E Melhoria Do Sistema Nacional De Saúde	615 498	136 482	22%	1%
Programa De Expansão E Modernização Do Sector Dos Transportes E Logística	482 555	127 092	26%	1%
Programa De Redimensionamento E Reequipamento Da Defesa Nacional	270 403	105 859	39%	1%
Programa De Fomento Da Produção Agropecuária	170 796	82 569	48%	1%
Programa De Expansão E Modernização Do Sistema De Ensino	531 247	72 782	14%	1%
Programa De Reforma E Modernização Da Administração Da Justiça	89 587	67 323	75%	1%
Programa De Melhoria Da Qualidade Do Ensino Superior E Desenvolvimento Da Investigação Científica E Tecnológica	199 145	33 740	17%	0%
Programa De Melhoria Da Segurança Pública E Gestão Fronteiriça	162 518	28 949	18%	0%
Programa De Protecção Da Biodiversidade, Promoção Da Economia Circular, Gestão Das Substâncias Químicas E Educação Ambiental	83 516	25 245	30%	0%
Programa De Valorização E Dinamização Da Cultura	31 470	23 054	73%	0%
Programa De Prevenção De Riscos E Protecção Ambiental	11 912	20 609	173%	0%
Programa De Expansão E Modernização Das Comunicações	159 227	9 707	6%	0%
Programa De Reforço Do Papel De Angola No Contexto Internacional	994	9 626	968%	0%
Programa De Acção Social E Valorização Da Família	31 110	8 482	27%	0%
Programa De Desenvolvimento Integral Da Juventude	11 163	8 024	72%	0%
Programa De Promoção Da Inovação E Transferência De Tecnologia	6 635	7 333	111%	0%
Programa Integrado De Desenvolvimento Local E Combate À Pobreza	206 757	6 863	3%	0%
Programa De Acção Contra Minas	19 281	5 950	31%	0%
Programa De Exploração Sustentável Dos Recursos Aquáticos Vivos E Do Sal E Desenvolvimento Sustentável Da Aquicultura	74 161	5 670	8%	0%
Programa Do Emprego, Empreendedorismo E Formação Profissional	21 811	5 385	25%	0%
Programa De Reforço Do Combate Ao Crime Económico, Financeiro E À Corrupção	24 204	4 811	20%	0%
Programa De Promoção E Desenvolvimento Do Turismo	57 436	4 574	8%	0%
Programa De Melhoria Do Serviço Público De Comunicação Social	5 870	4 315	74%	0%
Programa De Habitação	89 703	2 782	3%	0%

Programa	Despesa Aprovada	Despesa Liquidada	Exec.%	Part.%
Programa De Generalização Da Prática Desportiva E Melhoria Do Desporto De Alto Desempenho	127 163	2 306	2%	0%
Programa De Reforço Da Promoção Da Cidadania E Da Participação Do Cidadão Na Governação	16 558	2 293	14%	0%
Programa De Reforma E Sustentabilidade Das Finanças Públicas	27 558	1 686	6%	0%
Programa De Modernização Do Sistema Nacional De Planeamento E Do Sistema Estatístico Nacional	8 059	1 590	20%	0%
Programa De Igualdade De Género	16 158	1 354	8%	0%
Programa De Formação De Quadros	2 711	1 114	41%	0%
Programa De Desconcentração E Descentralização Administrativa	42 828	951	2%	0%
Programa De Reorganização Do Comércio Interno E Fomento Das Exportações	8 710	568	7%	0%
Programa De Fomento Da Indústria Transformadora	24 601	349	1%	0%
Programa De Apoio À Produção, Diversificação Das Exportações Substituição Das Importações(Prodesi)	6 260	195	3%	0%
Programa De Formalização Da Economia (Prei)	1 624	95	6%	0%
Programa De Melhoria Do Bem-Estar Dos Antigos Combatentes E Veteranos Da Pátria E Do Sistema De Segurança Social Das Faa	5 261	70	1%	0%
Programa De Promoção Dos Direitos Humanos	555	53	10%	0%
Programa De Desenvolvimento E Modernização Das Actividades Geológico-Mineiras	23 782	40	0%	0%
Programa De Ordenamento Do Território, Urbanismo, Cartografia E Cadastro	61 399	27	0%	0%
Programa Para As Alterações Climáticas	4 779	22	0%	0%
Programa De Desenvolvimento E Consolidação Da Fileira De Petróleo E Gás	622	5	1%	0%
Programa De Desenvolvimento Da Indústria Da Defesa Nacional	1 444	0	0%	0%
Programa De Fomento Da Exploração E Gestão Sustentável Dos Recursos Florestais	3 757	0	0%	0%
Programa De Modernização E Expansão Da Segurança Social	389	0	0%	0%
Programa De Modernização E Preservação Da Segurança Do Estado	3 512	0	0%	0%
Total Geral	**33 240 844**	**10 242 501**	**31%**	**100%**

Fonte: MINFIN

Despesas por Órgão do Governo

111. No II Trimestre de 2026, a execução da despesa por Órgãos do Governo[2] designadamente os Órgãos de Soberania, os Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais e Outros Órgãos do Estado, esboça a afectação e gestão dos recursos financeiros aos mais variados órgãos que compõem o Executivo, incluindo os Encargos Gerais do Estado.

112. As despesas dos Órgãos do Governo foram executadas na ordem dos 10,24 biliões de kwanzas, representando uma taxa de execução de 31% em relação à despesa total orçamentada. Durante o período em análise, as despesas com maior expressão registaram-se com os Encargos Gerais do Estado[3], com uma execução de 5,89 biliões de kwanzas cuja participação representou cerca de 58% do total de liquidações. Destacam-

[2] No processo de execução do OGE, os Órgãos do Governo correspondem à classificação dos Órgãos, a nível central e local, que englobam o conjunto de Unidades Orçamentais e seus Órgãos Dependentes, à luz da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho, Lei do OGE.

[3] Os Encargos Centrais do Estado é o órgão afecto à Direcção Nacional do Tesouro responsável por executar despesas estruturais que, pela sua natureza, são orçamentadas e executadas como encargos Gerais do Estado. Estas despesas incluem o serviço da dívida, despesas com partidos políticos, contribuições juntos de instituições internacionais, subsídios a preços, despesas com a gestão do património do Estado e outras despesas de cariz nacional.

se ainda o Ministério da Energia e Águas (com uma execução de 457,69 mil milhões de kwanzas, com uma participação de 4%), o Ministério do Interior (com uma execução de 344,78 mil milhões de kwanzas, bem como o Ministério da Administração do Território, com uma execução de 272,78 mil milhões de kwanzas, ambos com uma participação de 3% sobre o total das liquidações do período).

113. Deste modo, o quadro que se segue apresenta a desagregação da despesa por órgão do Governo.

Quadro 10 – Execução Financeira por Órgão do Governo
(Milhões de Kwanzas)

Órgão do Governo	Despesa Aprovada	Despesa Liquidada	Exec.%	Part.%
Encargos Gerais Do Estado	17 067 272	5 890 064	35%	58%
Ministério Da Energia E Das Águas	1 104 261	457 691	41%	4%
Ministério Do Interior	615 433	344 780	56%	3%
Ministério Da Administração Do Território	198 756	272 783	137%	3%
Comando Geral Da Polícia Nacional	688 088	245 286	36%	2%
Ministério Da Defesa Nacional, Antigos Combatentes E Veteranos Da Pátria	629 113	241 721	38%	2%
Ministério Das Obras Públicas, Urbanismo E Habitação	891 851	222 970	25%	2%
Estado Maior General Das Faa	675 535	190 757	28%	2%
Ministério Da Saúde	676 035	174 661	26%	2%
Ministério Da Admin. Púb.Trabalho E Segurança Social	991 740	154 910	16%	2%
Ministério Dos Transportes	709 052	141 012	20%	1%
Governo Provincial De Luanda	1 083 455	135 695	13%	1%
Comissão Nacional Eleitoral	243 522	135 412	56%	1%
Presidência Da República	155 827	128 319	82%	1%
Casa Militar Do Presidente Da Republica	226 075	122 307	54%	1%
Ministério Da Agricultura E Florestas	247 832	99 848	40%	1%
Ministério Do Ensino Superior, Ciência, Tec. E Inovação	367 270	82 606	22%	1%
Governo Provincial De Benguela	369 465	81 457	22%	1%
Ministério Da Justiça E Dos Direitos Humanos	141 619	78 180	55%	1%
Governo Provincial Da Huíla	320 526	77 535	24%	1%
Governo Provincial Do Huambo	361 019	74 432	21%	1%
Governo Provincial Do Uíge	361 106	68 242	19%	1%
Serviços De Informações E Segurança Do Estado	220 377	56 821	26%	1%
Governo Provincial Do Namibe	127 076	51 607	41%	1%
Governo Provincial De Malanje	161 231	50 699	31%	0%
Ministério Das Finanças	210 957	48 418	23%	0%
Governo Provincial Do Bié	203 161	44 492	22%	0%
Governo Provincial Do Cuanza-Sul	172 582	39 777	23%	0%
Ministério Da Educação	200 485	29 544	15%	0%
Governo Provincial Da Lunda-Norte	120 754	28 106	23%	0%
Tribunal De Contas	38 656	27 919	72%	0%

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

Órgão do Governo	Despesa Aprovada	Despesa Liquidada	Exec.%	Part.%
Ministério Das Relações Exteriores	195 725	26 796	14%	0%
Governo Provincial Do Moxico	117 578	26 568	23%	0%
Governo Provincial Do Zaire	112 826	24 865	22%	0%
Governo Provincial Do Cuanza-Norte	123 044	24 666	20%	0%
Governo Provincial Do Cunene	119 798	24 248	20%	0%
Governo Provincial Do Icolo E Bengo	94 291	23 582	25%	0%
Governo Provincial De Cabinda	116 315	22 387	19%	0%
Governo Provincial Da Lunda-Sul	134 549	21 220	16%	0%
Procuradoria Geral Da República	73 852	20 583	28%	0%
Governo Provincial Do Bengo	136 444	20 201	15%	0%
Serviços De Inteligência Externa	92 635	19 095	21%	0%
Ministério Das Telecomunicações, Tecnologias De Informação E Comunicação Social	189 481	18 530	10%	0%
Ministério Da Cultura	26 840	16 635	62%	0%
Governo Provincial Do Cubango	97 932	15 635	16%	0%
Conselho Superior Da Magistratura Judicial	58 340	15 218	26%	0%
Governo Provincial Do Cuando	81 135	15 167	19%	0%
Assembleia Nacional	57 888	14 589	25%	0%
Governo Provincial Do Moxico-Leste	85 225	12 532	15%	0%
Serviços De Inteligência E Segurança Militar	40 010	11 486	29%	0%
Ministério Das Pescas E Recursos Marinhos	85 234	8 108	10%	0%
Ministério Do Turismo	69 804	7 392	11%	0%
Ministério Da Juventude E Desportos	154 244	7 343	5%	0%
Ministério Da Indústria E Comércio	56 144	6 716	12%	0%
Tribunal Constitucional	21 600	6 261	29%	0%
Inspecção Geral Da Administração Do Estado	24 149	5 842	24%	0%
Ministério Da Acção Social, Família E Promoção Da Mulher	34 790	5 762	17%	0%
Ministério Do Ambiente	23 117	4 362	19%	0%
Ministério Dos Recursos Minerais, Petróleo E Gás	89 744	3 690	4%	0%
Ministério Do Planeamento	23 463	3 425	15%	0%
Gabinete Do Vice-Presidente Da República	10 250	2 861	28%	0%
Autoridade Nacional Da Aviação Civil	16 364	2 716	17%	0%
Tribunal Supremo	14 936	2 336	16%	0%
Supremo Tribunal Militar	6 431	1 697	26%	0%
Secretariado Do Conselho De Ministros	3 591	940	26%	0%
Provedoria Da Justiça	2 860	716	25%	0%
Entidade Reguladora Da Comunicação Social Angolana	776	166	21%	0%
Conselho Superior Da Magistratura Do Ministério Público	584	120	21%	0%
Reservas Orçamentais	1 068 723	0	0%	0%
Total Geral	**33 240 844**	**10 242 501**	**31%**	**100%**

Fonte: MINFIN

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

Despesas do Programa de Investimento Público (PIP)

114. As despesas executadas no âmbito do Programa de Investimento Público (PIP) apresentam as despesas efectuadas nos projectos sociais para benefício dos cidadãos.

115. No II Trimestre de 2026, estas despesas foram realizadas na ordem dos 1,23 biliões de kwanzas, representando uma execução de 23%, em relação ao orçamento anual aprovado para a despesa PIP, e uma variação negativa de 3%, comparativamente ao período homólogo.

116. Importa referir que grande parte do PIP representa a execução de obras de infra-estruturas públicas, desagregadas por função e subfunção, tendo os sectores Social e Económico verificado as maiores participações com 59% e 36%. Estas despesas corresponderam a uma execução no valor de 729,52 mil milhões de kwanzas e 442,68 mil milhões de kwanzas, respectivamente.

117. O Sector da Defesa e Segurança realizou despesas PIP no valor de 25,19 mil milhões de kwanzas, representando uma execução de 6% e uma participação de apenas 2% sobre o total das despesas PIP realizadas no período em análise.

118. As despesas com projectos PIP no Sector dos Serviços Públicos Gerais tiveram uma execução no valor de 34,13 mil milhões de kwanzas, obtendo uma taxa de execução de 15% e uma participação de apenas 3% sobre a despesa total executada, conforme se pode observar no quadro que se segue.

Quadro 11 – Execução Financeira da Despesa por Função PIP
(Milhões de Kwanzas)

Funções do Governo	Autorizada	Realizada			Exec.%	Part.%	Var. %
		I T 2026	II T 2026	II T 2025			Homóloga
Sector Social	**3 157 952**	**1 105 339**	**729 517**	**590 501**	**23%**	**59%**	**24%**
Educação	352 932	33 464	51 481	9 914	15%	4%	419%
Saúde	397 735	100 083	101 732	56 389	26%	8%	80%
Protecção Social	18 832	-	3 353	2 395	18%	0%	40%
Habitação e Serviços Comunitários	2 224 627	956 347	500 167	481 443	22%	41%	4%
Recreação Cultura e Religião	161 689	14 518	68 026	40 359	42%	6%	69%
Protecção Ambiental	2 137	926	4 758	-	223%	0%	0%
Assuntos Económicos	**1 497 609**	**414 002**	**442 678**	**547 433**	**30%**	**36%**	**-19%**
Agricultura, Silvicult, Pesca e Caça	140 694	18 168	17 754	13 373	13%	1%	33%
Combustíveis e Energia	567 720	238 257	238 583	118 706	42%	19%	101%
Indústria Extractiva, construção	151 241	50 381	58 665	93 618	39%	5%	-37%
Assuntos Econ Gerais, Com E Laborais	44 883	-	25	215	0%	0%	-88%
Comunicações E Tecn Da Informação	142 801	-	-	267 186	0%	0%	-100%
Transportes	448 712	107 196	127 372	54 334	28%	10%	134%

Funções do Governo	Autorizada	Realizada			Exec.%	Part.%	Var. %
		I T 2026	II T 2026	II T 2025			Homóloga
Outras Actividades Económicas	1 558	-	280	-	18%	0%	0%
Defesa e Segurança	**391 959**	**184 693**	**25 192**	**108 682**	**6%**	**2%**	**-77%**
Defesa Nacional	239 566	139 166	12 410	67 246	5%	1%	-82%
Segurança e Ordem Pública	152 394	45 527	12 782	41 436	8%	1%	-69%
Serviços Públicos Gerais	**227 853**	**20 309**	**34 129**	**27 726**	**15%**	**3%**	**23%**
Totais	**5 275 373**	**1 724 342**	**1 231 516**	**1 274 342**	**23%**	**100%**	**-3%**

Fonte: MINFIN

Execução dos Restos a Pagar

119. Para o II Trimestre de 2026, foram efectivados pagamentos referentes a despesas liquidadas e não pagas, até ao encerramento dos exercícios financeiros passados, inscritas em Restos a Pagar.

120. Neste contexto, no período em análise, foram pagas despesas de Restos a Pagar na ordem dos 1,67 biliões de kwanzas, nas diferentes categorias de despesas, conforme apresenta o quadro 12 que se segue.

Quadro 12 – Execução dos Restos a Pagar por Categoria de Despesa
(Milhões de Kwanzas)

Categoria da Despesa	Valor Inscrito	Período da Despesa		Total Pago	Part %
		2024	2025		
Bens E Serviços	2 471 564	61	922 355	922 415	55%
Outras Despesas De Capital	2 782 632	0	495 818	495 818	30%
Amortização - Dívida Interna	324 346	0	188 990	188 990	11%
Outras Transferências	218 010	0	42 138	42 138	3%
Transferência De Capital	59 744	0	23 116	23 116	1%
Restituições	238	0	223	223	0%
Transferência Subsídio A Preço	1 864	0	6	6	0%
Pessoal	449	0	3	3	0%
Amortização - Dívida Externa	91 058	0	0	0	0%
Juros - Dívida Externa	1 395	0	0	0	0%
Juros - Dívida Interna	15 336	0	0	0	0%
Total	**5 966 637**	**61**	**1 672 648**	**1 672 708**	**100%**

Fonte: MINFIN

121. Conforme evidenciado no quadro acima, no II trimestre de 2026, as despesas de bens e serviços representaram cerca de 55% do total de pagamentos efectuados no âmbito dos Restos a Pagar, totalizando aproximadamente 922,42 mil milhões de kwanzas. Quando comparado com o valor inscrito para esta categoria (2,47 biliões de kwanzas), verifica-se uma taxa de execução de 37%, o que revela um nível moderado de liquidação dos compromissos previamente assumidos.

CAPÍTULO V. BALANÇO DA DÍVIDA PÚBLICA NO II TRIMESTRE DE 2026

122. Este capítulo apresenta a execução do Plano Anual de Endividamento, bem como o Stock da Dívida Pública, no período em análise[4].

123. Os valores, expressos em dólares norte-americanos, foram convertidos à taxa do mercado primário no fim do período, de 912,57 kwanzas por dólar.

Balanço da Dívida Interna

124. A Dívida Interna compreende a Dívida Titulada e a Dívida Contratual. A Dívida Titulada compreende os Bilhetes do Tesouro (BT), as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT MN) e as Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT ME); e a Dívida Contratual, os Contratos de Mútuo.

Emissão da Dívida Interna

125. No período em reporte, as emissões dos Bilhetes do Tesouro totalizaram cerca de 23,18 mil milhões de kwanzas, representando uma redução de 94% em relação ao I Trimestre de 2026 e uma redução de 93% se compararmos com o período homólogo. A participação sobre as emissões totais de Dívida Interna esteve em torno de 1% ao longo do II Trimestre de 2026.

126. No que concerne às Obrigações do Tesouro, foi executado um total de captações na ordem dos 2,05 biliões de kwanzas, representando um aumento de 37% face ao trimestre anterior e uma redução de 12% em relação ao período homólogo. Estas emissões apresentaram uma participação de 67% sobre as emissões totais de Dívida Interna do II Trimestre de 2026.

127. Os desembolsos de Contratos de Mútuo registaram um total de 990,16 mil milhões de kwanzas, representando uma redução de 18% face ao trimestre anterior e um aumento de 61% em relação ao período homólogo. Os desembolsos de Contratos de Mútuo representaram uma participação sobre as emissões totais de Dívida Interna na ordem de 32% no período em análise.

128. Deste modo, no período em referência, as emissões totais de Dívida Interna totalizaram cerca de 3,06 biliões de kwanzas, representando uma ligeira redução de 1% em relação ao I Trimestre de 2026 e uma redução de 6% face ao período homólogo.

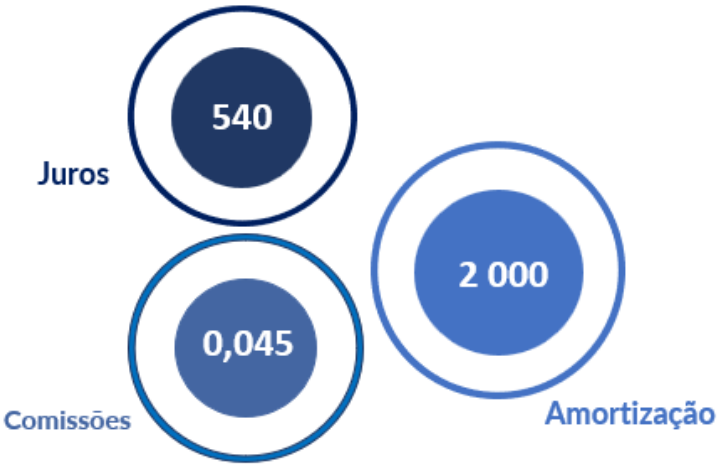
[4] Alguns dados do presente capítulo poderão apresentar diferenças com a informação do capítulo IV, devido à data de corte entre o SIGFE e os sistemas utilizados na operacionalização da Dívida Pública.

Serviço da Dívida Interna

129. O Serviço da Dívida Interna integra reembolsos de capital e juros de empréstimos de dívidas contraídas pelo Estado no mercado nacional que, no período em apreço, correspondeu a 2,54 biliões de kwanzas, representando uma redução de 7% comparativamente ao I Trimestre de 2026 e igualmente uma redução de 9% em relação ao período homólogo.

130. Este serviço refere-se ao pagamento de capital, na ordem dos 2,00 biliões de kwanzas, representando uma participação de 79% sobre o serviço total da dívida interna; 539,58 mil milhões de kwanzas de juros, com uma participação de 21%, e 45,04 milhões de kwanzas de comissões e outras despesas bancárias, representando uma participação de 0,002%, sobre o serviço total da dívida interna, conforme mostra o gráfico 10.

Gráfico 10 – Serviço de Dívida Interna por Instrumentos
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

Stock da Dívida Interna

131. A 30 de Junho de 2026, o stock da Dívida Interna situava-se em 19,29 biliões de kwanzas, equivalente a 21,14 mil milhões de dólares norte-americanos, representando um aumento de cerca de 8% em comparação com o I Trimestre de 2026, dos quais 1,44 biliões de kwanzas para os Bilhetes do Tesouro, 15,56 biliões de kwanzas para as Obrigações do Tesouro e 2,29 biliões de kwanzas para os Contratos de Mútuo. Em relação ao período homólogo, o stock da Dívida Interna apresentou um crescimento de 27%.

132. O gráfico 11 apresenta a participação dos instrumentos da Dívida Interna sobre o total do Stock da Dívida Interna.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

Gráfico 11 – Stock de Dívida Interna por Instrumentos
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

Balanço da Dívida Externa

Desembolsos

133. A captação de recursos externos, para o II Trimestre de 2026, situou-se em torno de 2,99 biliões de kwanzas, representando uma redução de 22% face ao I Trimestre de 2026 e um aumento acima de 100% em relação ao período homólogo.

134. Importa destacar que estes desembolsos externos foram captados sem garantia de petróleo e estavam desagregados entre os seguintes tipos de credor: 729,48 mil milhões de kwanzas referentes à dívida Multilateral, 610,44 mil milhões de kwanzas referentes aos credores Comerciais, 260,49 mil milhões de kwanzas referentes aos Fornecedores diversos, 23,35 mil milhões de kwanzas à dívida Bilateral e 1,37 biliões de kwanzas à dívida de *Eurobonds*.

Serviço da Dívida Externa

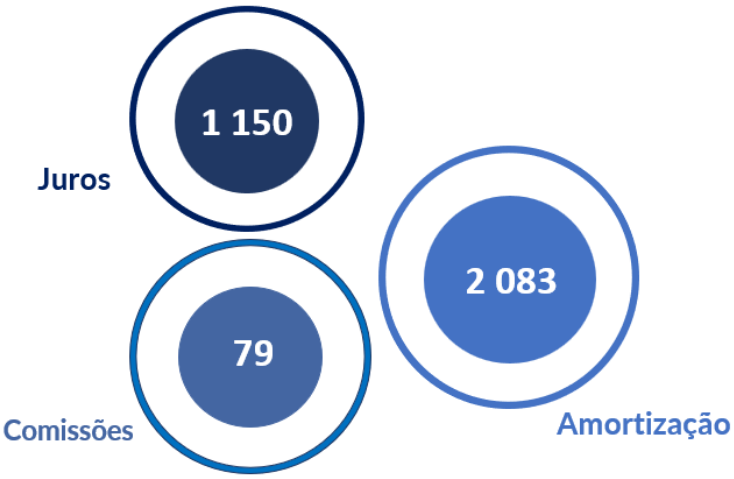
135. No que respeita à execução do serviço da dívida externa, efectuaram-se pagamentos na ordem de 3,31 biliões de kwanzas, incluindo capital, juros e comissões, representando um aumento de 58% face ao I Trimestre de 2026 e igualmente um aumento de 65% em relação ao período homólogo.

136. Tal como se mostra no gráfico 12, no período em referência, foram registadas amortizações na magnitude de 2,08 biliões de kwanzas, juros no valor de 1,15 biliões de kwanzas e comissões no valor de 79,45 mil milhões de kwanzas.

137. Comparativamente ao I Trimestre de 2026, as amortizações registaram um aumento de 35%, os juros apresentaram um aumento acima de 100% e as comissões apresentaram

um aumento de 22%. Quanto ao período homólogo, as amortizações registaram um aumento acima de 100%, os juros registaram um aumento de 20% e as comissões registaram igualmente um crescimento de 21%.

Gráfico 12 – Execução do Serviço da Dívida Externa Trimestral
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

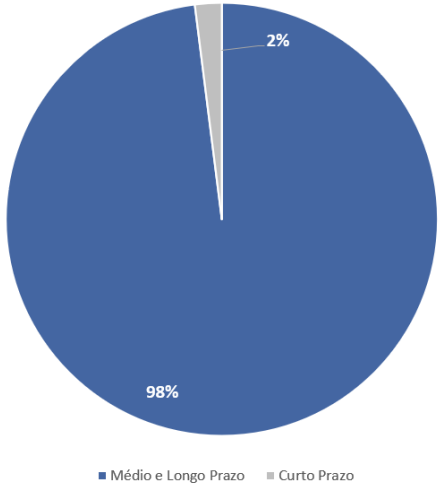
Stock da Dívida Externa

138. A 30 de Junho de 2026, o stock da Dívida Externa situava-se em 46,46 biliões de kwanzas, equivalente a 50,91 mil milhões de dólares norte-americanos, registando um ligeiro aumento de cerca de 2% face ao trimestre anterior, quando expressos em kwanzas, dos quais: 891,37 mil milhões de kwanzas referentes à dívida de curto prazo e 45,57 biliões de kwanzas referentes à dívida de médio e longo prazo, conforme o gráfico a seguir. Em relação ao período homólogo, o stock da Dívida Externa apresentou um aumento de cerca de 13%.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

Gráfico 13 – Stock da Dívida Externa por prazos
(Em percentagem)



Fonte: *MINFIN*

Balanço da Dívida Pública

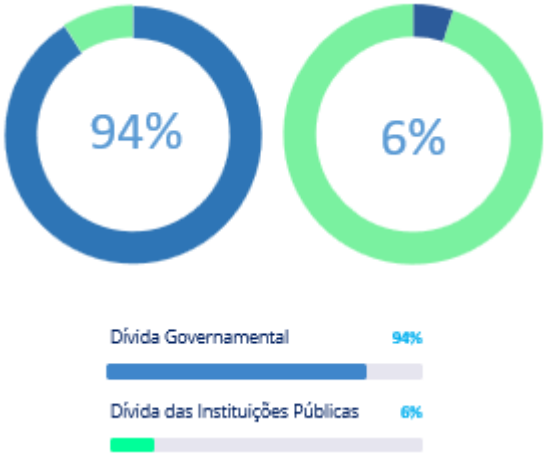
139. A 30 de Junho de 2026, o stock da Dívida Governamental situava-se em 65,75 biliões de kwanzas, equivalente a 72,04 mil milhões de dólares norte-americanos, e estava composto por 29% de dívida interna e 71% por dívida externa, registando um ligeiro aumento do stock da Dívida Governamental em cerca de 4% comparativamente ao I Trimestre de 2026 e um aumento de 16% em relação ao período homólogo.

140. O stock da dívida das empresas públicas, designadamente Sonangol e TAAG, cifrou-se em 4,50 biliões de kwanzas, equivalente a 4,93 mil milhões de dólares norte-americanos, representando um aumento de cerca de 94% face ao I Trimestre de 2026 e um aumento acima de 100% comparativamente ao período homólogo. A variação verificada no Stock da dívida das empresas públicas deveu-se essencialmente à incorporação das operações de novos financiamentos por parte da Sonangol.

141. Deste modo, o stock da Dívida Pública, que engloba a Dívida Governamental (94%) e a Dívida das Empresas Públicas (6%), situou-se em torno de 70,24 biliões de kwanzas, o equivalente a 76,97 mil milhões de dólares norte-americanos, conforme demonstrado no gráfico 14, registando um aumento na ordem de 7%, quando comparado com o stock do I Trimestre de 2026 e um aumento de 20%, face ao período homólogo.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

Gráfico 14 – Stock da Dívida Pública
(Em percentagem)



Fonte: MINFIN.

142. O Quadro 13 apresenta o stock da Dívida Pública Externa por credor, que totalizava 50,96 biliões de kwanzas, equivalente a 55,84 mil milhões de dólares norte-americanos. Faz-se notar que o stock por credor externo inclui a Dívida Externa e a dívida das empresas Sonangol e TAAG.

143. O Quadro 14 apresenta o stock da Dívida Pública Interna por credor cujo valor total foi de 19,29 biliões de kwanzas, equivalente a 21,14 mil milhões de dólares norte-americanos.

144. As diferenças apresentadas nos relatórios trimestrais do Balanço do Plano Anual de Endividamento são conciliadas em sede da elaboração da Conta Geral do Estado, mediante reconciliações e operações de encerramento do exercício.

Quadro 13 – Stock da Dívida Pública Externa por Credor
(Milhões de Kwanzas e Dólares)

Designação (Kwanzas e Dólares)	Kz	USD
Total do Stock da Dívida Pública Externa (1) = 2 + 8	**50 956 183**	**55 835**
Total da Dívida Governamental (2) = 3+4+5+6+7	**46 457 357**	**50 908**
Multilateral (3)	**10 407 071**	**11 404**
B.I.R.F(B.MUNDIAL)	4 818 772	5 280
F.M.I	2 880 898	3 157
B.A.D	1 092 954	1 198
AFC	912 570	1 000
I.D.A	186 413	204
AFD	330 046	362
F.A.D	76 371	84

Designação (Kwanzas e Dólares)	Kz	USD
F.I.D.A	55 199	60
BEI	53 849	59
OPEC FUND	-	-
Bilateral (4)	**2 541 359**	**2 785**
CHINA	1 601 744	1 755
PORTUGAL	229 265	251
ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA	212 096	232
CANADÁ	164 884	181
JAPÃO	132 227	145
HUNGRIA	89 924	99
POLÓNIA	46 216	51
Outros	65 004	71
Comercial (5)	**18 161 607**	**19 902**
STANDARD CHARTERED	2 737 815	3 000
CHINA DEVELOPMENT BA	5 606 241	6 143
IND COM BNK OF CHINA	3 029 955	3 320
JP MORGAN	1 368 855	1 500
CAIXA G DE DEPOSITOS	566 306	621
BANCO BILBAO	531 235	582
UNICREDIT S.P.A	575 345	630
Outros	3 745 854	4 105
Fornecedores (6)	**3 430 650**	**3 759**
LR	1 913 168	2 096
GEMCORP	924 563	1 013
SUMITOMO-Japon	246 982	271
INTERSTAL/ LU	115 169	126
Outros	230 769	253
Eurobonds (7)	**11 916 668**	**13 058**
DEUTSCHE BANK LONDON	9 308 211	10 200
GOLDMAN S. INTERNAT.	2 372 682	2 600
Mizuho Bank,Ltd.	235 776	258
Total da Dívida de Empresas Públicas (8)	**4 496 136**	**4 927**
TAAG	75 358	83
Sonangol	4 420 778	4 844

Fonte: MINFIN

Quadro 14 – Stock da Dívida Pública Interna por Credor
(Milhões de Kwanzas e Dólares)

Designação (Kwanzas e Dólares)	Kz	USD
Total da Dívida Interna (1)= 2 + 8 + 9	**19 288 050**	**21 136**
Dívida Contratual (2)	**2 241 840**	**2 457**
BFA/ ANGOLA	325 811	357
STANDARD BANK ANGOLA	137 691	151
BTA-ANGOLA	97 387	107
F. SOBERANO DE ANGOL	24 639	27
BAI	0	0
BNA	1 656 312	1 815
Dívida Titulada (3) = 4+5	**16 997 210**	**18 626**
Bilhetes de Tesouro (4)	**1 438 022**	**1 576**
BDVA	724 009	793
BANCO BIC S.A	28 323	31
BFA	507 442	556
BCGA	44 600	49
SBA	87 648	96
Outros	46 000	50
Obrigações de Tesouro (5) = 6+7	**15 559 188**	**17 050**
Obrigações de Tesouro MN (6)	**11 493 579**	**12 595**
BDVA	6 995 653	7 666
BNA	549 994	603
BFA	1 061 557	1 163
ACCESS BANK S.A	762 382	835
BPC	573 869	629
SBA	350 557	384
Outros	1 199 568	1 314
Obrigações de Tesouro ME (7)	**4 065 609**	**4 455**
BDVA	2 399 874	2 630
BNA	318 052	349
BFA	12 712	14
BAI	0	0
BPC	12 274	13
BANCO BIC S.A	107 983	118
Outros	1 214 715	1 331
REPO MN (8)	**49 000**	**54**
REPO ME (9)	**-**	**-**

Fonte: MINFIN

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

CAPÍTULO VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

145. O presente capítulo demonstra a posição provisória orçamental, financeira e patrimonial do Estado, até ao II Trimestre de 2026.

Balanço Orçamental

146. O Balanço Orçamental é consagrado no artigo 59.º da Lei do OGE como demonstração financeira através da qual se relata o resultado da diferença entre a receita prevista e a despesa autorizada relativamente à receita e despesa realizada, respectivamente. Para além dos desvios positivos ou negativos das execuções da receita e da despesa face ao previsto e autorizado, para propósitos de equilíbrio do balanço orçamental, pode resultar num saldo superavitário, deficitário ou nulo.

147. Tal como se mostra no Quadro 15, o OGE 2026 teve uma estimativa de Receitas e Despesas autorizadas de 33,24 biliões de kwanzas e no II Trimestre do Exercício de 2026 foram arrecadadas receitas no valor de 9,85 biliões de kwanzas e realizadas despesas no valor de 10,24 biliões de kwanzas, tendo sido registado um resultado do período de 396,39 mil milhões de kwanzas.

148. Adicionalmente, no período em apreço, o saldo corrente, que compara as receitas e despesas correntes, foi superavitário na ordem dos 753,90 mil milhões de kwanzas, demonstrando que, nesse período, as receitas correntes afiguraram-se suficientes para cobrir as despesas correntes.

149. A interpretação do resultado orçamental, na óptica da contabilidade pública, para o período em análise, deve ser feita na perspectiva da entrada das Receitas em Caixa/Bancos (i.e. Impostos Petrolíferos e não Petrolíferos). Já a despesa não representa pagamentos efectivos que afectem a Tesouraria, limitando-se à obrigação do Estado (Passivo) em proceder aos pagamentos num prazo de 90 dias.

150. Reforçam-se assim os princípios contabilísticos em que a receita arrecadada deve ser analisada na óptica de caixa, isto é, são consideradas como receitas arrecadadas aquelas que constituem entrada na CUT (Conta Única do Tesouro) no período em análise; por seu turno, a despesa realizada deve ser analisada na óptica do compromisso, isto é, quando ocorre a liquidação, suportada com a evidência da entrega do bem e/ou da prestação de serviço.

151. Importa ainda salientar que, no que se refere aos dados da receita, estão registados nas contas, tanto os valores que constituíram entrada financeira efectiva nas contas do Estado, bem como os valores resultantes das compensações fiscais que são igualmente reconhecidos como receitas à luz das boas práticas internacionais, bem como das normas locais em vigor.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

Quadro 15 – Balanço Orçamental no II Trimestre de 2026

(Milhões de Kwanzas)

Receita	Prevista	Arrecadada			Exec.%	Part.%	Var.%
		I T 2026	II T 2026	II T 2025			Homóloga
Receitas Correntes	**18 179 392**	**3 826 500**	**5 411 948**	**4 369 123**	**30%**	**55%**	**24%**
Tributária	12 481 678	2 495 731	3 548 401	2 766 373	28%	36%	28%
Patrimonial	5 558 714	1 313 721	1 841 117	1 588 180	33%	19%	16%
Serviços	129 497	9 389	15 521	13 220	12%	0%	17%
Transferências Correntes	9 503	7 660	6 909	1 349	73%	0%	412%
Rec Correntes Diversas	-	-	-	-	0%	0%	0%
Receitas De Capital	**15 061 452**	**5 535 595**	**4 434 168**	**1 558 473**	**29%**	**45%**	**185%**
Alienações	26 123	25 425	8 401	5 467	32%	0%	54%
Financiamentos	15 035 329	5 509 418	4 425 759	1 552 543	29%	45%	185%
Transferências De Capital	0	751	7	463	0%	0%	-98%
Total Receita	**33 240 844**	**9 362 095**	**9 846 116**	**5 927 596**	**30%**	**100%**	**66%**
Resultado do Período (Deficit)		**0**	**396 385**	**516 463**	***[NOTA A]***		
Total Geral		**9 362 095**	**10 242 501**	**6 444 059**			

Despesa	Prevista	Realizada			Exec.%	Part.%	Var.%
		I T 2026	II T 2026	II T 2025			Homóloga
Despesas Correntes	**16 374 578**	**3 528 620**	**4 658 050**	**3 354 634**	**28%**	**45%**	**39%**
Despesas Com O Pessoal	4 801 688	1 037 195	1 022 616	922 942	21%	10%	11%
Contribuições Do Empregador	292 232	69 491	70 119	62 781	24%	1%	12%
Bens	1 928 207	507 912	1 045 116	498 974	54%	10%	109%
Serviços	2 093 241	674 689	1 035 173	446 637	49%	10%	132%
Juros	4 321 077	1 014 862	1 137 706	1 045 641	26%	11%	9%
Subsídios	1 235 318	15 917	20 403	12 551	2%	0%	63%
Transferências Correntes	1 702 814	208 243	326 498	359 088	19%	3%	-9%
Restituições	0	310	419	6 020	0%	0%	-93%
Despesas De Capital	**16 866 266**	**5 589 567**	**5 584 450**	**3 089 425**	**33%**	**55%**	**81%**
Investimentos	5 412 866	1 704 483	1 380 493	1 329 912	26%	13%	4%
Transferências De Capital	292 305	56 655	161 027	53 714	55%	2%	200%
Despesas De Capital Financeiro	10 943 874	3 827 966	4 039 950	1 702 241	37%	39%	137%
Outras Despesas De Capital	217 220	463	2 980	3558	1%	0%	-16%
Reservas	**-**	**-**	**-**	**-**	**0%**	**0%**	**0%**
Superavit		**243 908**	**-**	**-**			**0%**
Total Despesa	**33 240 844**	**9 118 187**	**10 242 501**	**6 444 059**	**31%**	**100%**	**59%**
Total Despesa (+Superavit)		**9 362 095**	**10 242 501**	**6 444 059**			

Fonte: *MINFIN*

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

[NOTA A]

152. O resultado orçamental do período, no valor de 396,39 mil milhões de kwanzas, é constituído pelo Saldo Orçamental do Período, as fontes de financiamento e a respectiva aplicação, cujo detalhe pode ser observado no quadro que se segue.

153. Importa destacar que o referido quadro distingue o resultado orçamental das operações de financiamento, assegurando maior transparência na apresentação das contas públicas, em que o saldo orçamental, diferença entre receitas e despesas orçamentais, excluindo as operações financeiras, representa as necessidades de financiamento do Estado no período, e as emissões de dívida são tratadas como financiamentos, e incluem ainda amortizações e variações de depósitos, reflectindo a gestão de tesouraria do Estado.

154. Neste sentido, a identidade entre saldo orçamental e financiamento garante a consistência do quadro.

Quadro 16 – Detalhe do Resultado Orçamental do Período

DETALHE DO RESULTADO DO PERÍODO	Valor
Receitas	
Tributária	3 548 401
Patrimonial	1 841 117
Serviços	15 521
Transferências Correntes	6 909
Receitas Correntes Diversas	0
Alienações	8 401
Transferências De Capital	7
Total Receita [A]	**5 420 356**
Despesas	
Despesas Com O Pessoal	1 022 616
Contribuições Do Empregador	70 119
Bens	1 045 116
Serviços	1 035 173
Juros	1 137 706
Comissões e outros encargos financeiros	55 739
Subsídios	20 403
Transferências Correntes	326 498
Restituições	419
Investimentos	1 380 493
Transferências De Capital	161 027
Outras Despesas De Capital	2 980
Total das Despesas [B]	**6 258 289**
SALDO ORÇAMENTAL [A-B]	**-837 933**
RECEITA DE FINANCIAMENTOS	
Financiamentos Internos	2 174 611

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

DETALHE DO RESULTADO DO PERÍODO	Valor
Financiamentos Externos	2 251 148
Total das receitas de Financiamentos [C]	**4 425 759**
DESPESAS DE FINANCIAMENTOS	
Amortização dívida interna	1 901 699
Amortização dívida externa	2 082 513
Total das Despesas com Financiamentos [D]	**3 984 211**
SALDO DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTOS [C-D]	**441 548**

Fonte: DNCP

155. No quadro acima, o saldo orçamental é composto pela comparação entre as receitas e despesas orçamentais, excluindo as captações de financiamento e as suas aplicações em forma de amortizações. Nestes termos, para o período em análise, o saldo orçamental foi deficitário, na ordem dos 837,93 mil milhões de kwanzas.

156. Para financiar o respectivo défice verificado no período, foram captados financiamentos internos e externos, na ordem dos 4,43 biliões de kwanzas conforme detalhado nos capítulos IV e V. Destas captações, foram suportadas despesas com amortizações na ordem dos 3,98 biliões de kwanzas, sendo que o saldo das operações de financiamentos do período, perfaz um total na ordem dos 441,55 mil milhões de kwanzas.

157. Destaca-se então o facto de que o desequilíbrio entre as receitas e as despesas no período, foi coberto/financiado com recurso ao endividamento, tal como detalha o quadro 16 ora apresentado.

Balanço Financeiro

158. O Balanço Financeiro apresenta o valor da Receita e Despesa Orçamental, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamental, bem como os saldos em espécie, provenientes do período anterior e os que se transferem para o período seguinte.

159. Os saldos apresentados nos fluxos financeiros podem apresentar variações positivas ou negativas, sendo que o saldo do período anterior, apresentado no Balanço Financeiro, pode diferir do saldo final do período anterior. Isto devido às operações de regularização e registo nos meses de competência, tais como:

- Operações de linhas de crédito e desembolsos para pagamento das despesas;
- Efectivação e finalização de pagamento de salários, impactando os meses anteriores;

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

- Registo da emissão das Obrigações e Bilhetes do Tesouro, assim como registo dos juros e amortizações, resultantes do financiamento, por via desses instrumentos;

- Operações de entrada da Receita via contas dedicadas (Contas *Escrow*);

- Acerto dos saldos bancários, após reconciliações bancárias com os bancos internos e externos;

- Regularizações de carácter contabilístico-financeiro, no âmbito do fecho definitivo de contas.

160. Importa referir que, neste período, os saldos apresentados no valor total do disponível e o total de entradas apresentam diferenças em função de análises e reconciliações, no âmbito do processo contabilístico-financeiro de fecho de contas, que culminará com a elaboração da Conta Geral do Estado. Assim, são apenas apresentados os movimentos acumulados ocorridos até ao II Trimestre de 2026.

161. Deste modo, os fluxos financeiros ocorridos, de Abril até Junho, são os que se apresentam no quadro 17.

Quadro 17 – Balanço Financeiro até ao II Trimestre de 2026
(Milhões de Kwanzas)

Receita	2026	2025
Orçamentais	**20 771 329**	**13 508 692**
Receitas Correntes	9 321 921	7 796 186
Receitas De Capital	11 449 408	5 712 506
Transferências Financeiras Recebidas	**1 738 004**	**1 367 975**
Comparticipações De Natureza Financeira	166 961	103 763
Valores Financeiros a Reembolsar	1 571 042	1 264 212
Recebimentos de Natureza Extra-Orçamental	**55 417**	**2 211**
Cauções	54 124	1 804
Depósito de Terceiros	1 293	407
Garantias Financeiras	-	-
Disponível do Exercício Anterior	**30 928 888**	**13 476 895**
Disponível No País	25 379 401	10 581 089
Disponível No Exterior	5 549 487	2 895 806
TOTAL GERAL	**53 493 637**	**28 355 773**
Despesas	**2026**	**2025**
Orçamentais pagas	**9 331 477**	**7 920 450**
Despesas Correntes	5 868 987	4 454 567
Despesas De Capital	3 462 489	3 465 882

Receita	2026	2025
Transferências Financeiras Concedidas	**319 780**	**136 074**
Comparticipações De Natureza Financeira	128 751	74 995
Valores Financeiros Reembolsado	191 029	61 079
Pagamentos de Natureza Extra-Orçamental	**3 583 864**	**1 318 467**
Cauções	27 867	0
Depósito De Terceiros	1 291	405
Garantias Financeiras	0	0
Pagamento De Restos A Pagar	3 554 706	1 318 062
Disponível do Exercício Actual	**40 258 516**	**18 980 783**
Disponível No País	33 610 495	13 927 241
Disponível No Exterior	6 648 021	5 053 542
TOTAL GERAL	**53 493 637**	**28 355 773**

Fonte: *MINFIN*

Balanço Patrimonial

162. O Balanço Patrimonial é a única peça contabilística que representa uma posição estática, ilustrativa de todo o património, diferente das outras que têm uma característica dinâmica, em função dos fluxos e movimentação financeira do período.

163. Assim, o quadro 18 apresenta o saldo dos movimentos e transacções ocorridas nas contas do Activo e o Passivo Líquido, bem como as contas de Ordem Activa e Passiva, durante o II Trimestre de 2026.

164. As depreciações e amortizações são apresentadas de forma segregada, no grupo do activo imobilizado.

165. Importa referir que os saldos apresentados, no valor total do activo e passivo, podem apresentar variações, em função de análises e reconciliações no âmbito do processo contabilístico-financeiro de fecho de contas do ano transacto, e considerando que os valores do Activo e Passivo são dados cumulativos, os valores expressos no quadro abaixo leva igualmente em consideração os dados acumulados a 30 de Junho de 2026. Os dados reconciliados para o ano de 2026 serão apresentados em sede da Conta Geral do Estado.

Quadro 18 – Balanço Patrimonial até ao II Trimestre de 2026
(Milhões de Kwanzas)

Descrição	2026	2025	Variação Homóloga
Activo			
Activos correntes	**42 376 485**	**21 098 752**	**101%**

Descrição	2026	2025	Variação Homóloga
Disponibilidade	40 258 516	18 980 783	112%
Outros activos correntes	41 346	41 346	0%
Inventários	800 075	800 075	0%
Contas A Receber	1 276 547	1 276 547	0%
Activos não correntes	**38 800 894**	**37 850 879**	**3%**
Activos Fixos Tangíveis	33 843 931	32 913 636	3%
Activos Intangíveis	130 492	110 772	18%
Investimentos	4 155 252	4 155 252	0%
Outros activos não correntes	15 716	15 716	0%
Outros activos financeiros	655 502	655 502	0%
Total do Activo	**81 177 379**	**58 949 630**	**38%**
Passivo			
Passivos correntes	**20 545 714**	**16 441 888**	**25%**
Contas a pagar	11 597 579	11 102 354	4%
Empréstimos de Curto Prazo	8 017 836	4 809 294	67%
Outros passivos correntes	930 299	530 240	75%
Passivos não correntes	**57 886 998**	**60 897 364**	**-5%**
Contas a pagar	21 292	953 819	-98%
Empréstimo de Longo Prazo	57 727 570	59 805 410	-3%
Provisões e Encargos	122 418	122 418	0%
Outros passivos não correntes	15 717	15 717	0%
Total do Passivo	**78 432 712**	**77 339 252**	**1%**
Património Líquido	**2 744 667**	**-18 389 621**	**-115%**
Resultados transitados	-2 719 025	-20 660 614	-87%
Resultado líquido do período	5 463 692	2 270 993	141%
Total de Património Líquido + Passivo	**81 177 379**	**58 949 630**	**38%**

Fonte: *MINFIN*

166. É pertinente mencionar que o apuramento do Resultado do Período, via execução Orçamental e Extra-Orçamental, é caracterizado pela diferença entre execução Orçamental, por se tratar de fluxos das contas da classe orçamental, e execução Extra-Orçamental, maioritariamente patrimonial, por se tratar de fluxos de carácter económico / sustentabilidade.

167. Tal como se apresenta no quadro acima, as variações significativas nas diferentes rubricas do Balanço Patrimonial justificam-se devido ao fecho contabilístico e financeiro das operações, que culminará com a elaboração da Conta Geral do Estado. Outrossim, os dados do activo e passivo apresentados no Balanço Patrimonial são provisórios, devido ao processo de transferência definitiva dos saldos de um exercício económico para o outro.

GLOSSÁRIO

168. O Glossário apresenta os vários conceitos das Finanças Públicas e Contabilidade Pública, enfatizando os conceitos das contas das Interferências Activas e Passivas e das Mutações Patrimoniais Activas e Passivas. Importa referir que a utilização destas contas decorre da obrigatoriedade de se registar contabilisticamente a execução do orçamento, de acordo com o estipulado na Lei do OGE. Este registo contabilístico constitui um fundamento básico da contabilidade pública e caracteriza-se na principal diferença em relação aos fundamentos da contabilidade aplicada ao sector empresarial, que não está sujeita a contabilização orçamental.

A

Activo Circulante – Disponibilidades de numerário, recursos a receber, antecipações de despesa, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte.

Activo Patrimonial – Conjunto de valores e créditos que pertencem a uma entidade.

Activo Permanente – Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Activo Realizável a Longo Prazo – Direitos realizáveis, normalmente após o término do exercício seguinte.

Actividades Permanentes – Componente do Orçamento de Funcionamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela.

Ajuste Orçamental – Alterações às dotações inicialmente inscritas no OGE.

ARO – Antecipação de Receitas Orçamentais.

B

Balanço – Demonstrativo contabilístico que apresenta, num dado momento, a situação do património da entidade pública.

Balanço Financeiro – Demonstra a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com o saldo em espécie, proveniente do exercício anterior, bem como os que se transferem para o exercício seguinte.

Balanço Patrimonial – O balanço patrimonial é uma demonstração contabilística que tem por finalidade apresentar a posição contabilística financeira e económica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática ou situação do património em determinada data.

Balanço Orçamental – É a demonstração contabilística pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentais, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

Balancete – É um instrumento para verificar se os lançamentos contabilísticos realizados no período estão correctos. Este instrumento, embora de muita utilidade, não detecta toda amplitude de erros que possam existir, nos lançamentos contabilísticos.

C

Cabimentação – É o acto emanado pela autoridade competente que consiste em se deduzir do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária para a realização da despesa aprovada e que assegura ao fornecedor que o bem ou serviço é pago, desde que observadas as condições acordadas.

Categoria Económica – Elemento agregador de naturezas de receita/despesa com o mesmo objecto.

Classificação Funcional – Classificação da despesa de acordo com a área de acção governamental que ela permite atingir.

Classificação das Contas Públicas – Agrupamento das contas públicas segundo a extensão e compreensão dos respectivos termos. Extensão de um termo é o conjunto dos indivíduos ou objectos designados por ele; compreensão desse mesmo termo é o conjunto das qualidades que ele significa, segundo a lógica formal. Qualquer sistema de classificação, independentemente do seu âmbito de actuação (receita ou despesa), constitui instrumento de planeamento, tomada de decisões, comunicação e controlo.

D

Défice orçamental/Défice – Considera-se défice orçamental quando o saldo orçamental é negativo, isto é, as despesas superam as receitas públicas.

Despesa cabimentada – Corresponde ao total da despesa para o qual existe nota de cabimentação emitida. Sendo que por cabimentação da despesa se deve entender o acto pelo qual autoridade competente deduz do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária à realização da despesa aprovada.

Despesas Correntes – Classificam-se aqui as despesas ligadas à manutenção ou operação de serviços anteriormente criados, bem como transferências com igual propósito. Enquadram-se aqui as despesas de carácter operacional, decorrentes das acções desenvolvidas pelo organismo no cumprimento de sua missão institucional, como por exemplo, pagamento de pessoal e as contribuições do empregador, a aquisição de materiais de uso corrente (bens) e a contratação de serviços para o funcionamento do organismo ou ainda as transferências a serem utilizadas, pelo organismo destinatário, em despesas desta natureza.

Despesa de Capital – Despesas destinadas à formação ou aquisição de activos permanentes, à amortização da dívida, à concessão de financiamentos ou constituição de reservas, bem como às transferências efectuadas com igual propósito.

Despesa Liquidada – Corresponde ao total da despesa para com o qual se procedeu já à verificação do direito do credor, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

Demonstração da Variação Patrimonial – Evidenciará as alterações verificadas no património, resultantes ou independentes da execução orçamental, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

E

Execução Financeira – Utilização dos recursos financeiros visando atender à realização dos subprojectos e/ou subactividades, atribuídos às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro – Período que corresponde à execução orçamental e coincide com o ano civil.

Execução Orçamental da Despesa – Utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e nos créditos adicionais, visando a realização dos subprojectos / subactividades atribuídas às unidades orçamentárias.

F

Fonte de Recurso – A Fonte de recurso identifica quer a origem quer o destino das receitas. A mesma classificação, quando utilizada para caracterizar as despesas, visa identificar a origem dos recursos que suportam as mesmas.

Função do Estado – Classifica as despesas de acordo com a área da sociedade que a acção governamental pretende atingir.

L

Liquidação da Despesa – É a verificação do direito do credor, fase em que a dívida é efectivamente assumida, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

N

Natureza – Classificação da receita/despesa de acordo com a natureza económica da mesma, identificando claramente o objecto da receita/despesa.

Nota de Lançamento – Permite registar eventos contabilísticos não vinculados a documentos específicos (SIGFE).

O

Orçamento Ajustado – É o valor do orçamento resultante de Créditos orçamentais que reflectem os ajustes efectuados ao Orçamento Inicial.

Orçamento Aprovado/Inicial – Créditos iniciais aprovados pela Assembleia Nacional e instituídos pela Lei Orçamental.

Orçamento de Funcionamento – Componente do Orçamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela, bem como projectos e programas específicos que não se enquadram no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Órgão Dependente (OD) – Unidade administrativa dos órgãos ou de serviços da Administração do Estado ou da Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos, financiadas, maioritariamente, pelos poderes públicos ou a segurança social, que constituem as unidades orçamentais.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

Órgão do Governo – São os Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais, órgãos sectoriais e não sectoriais, através dos quais o Estado cumpre as atribuições definidas na Constituição da República de Angola.

Órgãos de Soberania – São órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais. A formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos de soberania são os definidos na Constituição.

Ordem de Saque – É um instrumento de pagamento de utilização exclusiva do Estado, que possibilita a realização da fase de pagamento da despesa pública.

P

Passivo Circulante – Depósitos – Restos a pagar, antecipações de receita, bem como outras obrigações pendentes ou em circulação, exigíveis até o término do exercício seguinte.

Património Líquido – Capital autorizado, as reservas de capital e outras que forem definidas, bem como o resultado acumulado e não destinado.

Património Público – Conjunto de bens à disposição da colectividade.

Programa de Investimentos Públicos (PIP) – Programa de investimento com vista à criação, reabilitação, ampliação, manutenção, ou renovação, das capacidades de prestação de serviços e fornecimento de bens pela administração pública directa ou indirecta do Estado. No entanto, integram-se no conceito de investimento público os gastos de natureza corrente aplicados na manutenção e reparações normais e cíclicas dos empreendimentos.

Programa Específico – Programa que traduz uma prioridade do Governo, definido em âmbito e em tempo de execução, mas que apesar de não constituir actividade básica da unidade orçamental não integra o Programa de Investimentos Públicos.

Proposta Orçamental (N+1) – Valor da proposta de orçamento para o ano N+1, registada no SIGFE.

R

Receita Ajustada – Previsão de receita que reflecte a revisão da receita inicialmente estimada.

Receita de Capital – Refere-se às receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e de direitos.

Receita Corrente – Refere-se às receitas que se renovam em todos os períodos financeiros designadamente, receitas tributárias, patrimoniais, de serviços ou ainda transferências recebidas.

Receita Inicial – Previsão de receita aprovada pela Assembleia Nacional.

Restos a pagar – As despesas cabimentadas, liquidadas e não pagas até ao encerramento do exercício financeiro, após devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

S

Saldo Corrente – Representa o valor da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo de Capital – Representa o valor da diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Fiscal – Representa o valor da diferença entre receitas correntes do Estado e despesas correntes e de investimento, em um determinado período.

Superavit orçamental – Considera-se superavit orçamental quando o saldo orçamental é positivo, isto é, quando as receitas superam as despesas públicas.

T

Taxa de Execução (Projecção Linear) – Indicador, em percentagem, do resultado da taxa de execução para o presente exercício económico, tomando por referência a projecção linear da Despesa Paga.

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Liquidada) – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a despesa liquidada, no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Paga) – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a despesa paga no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.

Taxa de Execução Efectiva da Receita – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a receita arrecadada, no período em análise, para uma dada rubrica de receita e a previsão inicial.

Taxa de Execução Padrão – Indicador, em percentagem, que apresenta a taxa de execução esperada para o período em análise, tomando por hipótese uma execução linear.

U

Unidade Orçamental (UO) – Órgão do Estado ou da Autarquia, conjunto de órgãos ou de serviços da Administração do Estado, Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas, maioritariamente, pelos poderes públicos e a Segurança Social, aos quais foram consignadas dotações orçamentais próprias.

V

Variação Homóloga – Variação relativa (em valor percentual) do valor do ano em análise, face ao valor registado no período homólogo do ano anterior.

Variação dos Depósitos – Corresponde à alteração dos saldos de disponibilidades do Estado, reflectindo a gestão de liquidez do Tesouro. Um aumento de depósitos traduz a constituição de reservas financeiras, enquanto uma diminuição representa a utilização de saldos existentes para financiamento das necessidades do Estado.

Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
Luanda

GOVERNO DE ANGOLA
minfin.gov.ao
Ministério das Finanças



GOVERNO DE
ANGOLA
Ministério das Finanças